

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS E CONTABILIDADE
COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A AGROINDÚSTRIA NO
“GOVERNO DAS MUDANÇAS”

Ellana Collyer Lima

Fortaleza/1997

A AGROINDÚSTRIA NO “GOVERNO DAS MUDANÇAS”

por

ELLANA COLLYER LIMA

Monografia submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharelado em Ciências Econômicas.

Professor Orientador: FRANCISCO DE ASSIS SOARES

FORTALEZA (CE), Agosto de 1997

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E CONTABILIDADE

Esta monografia foi submetida a Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, como requisito necessário a obtenção do Título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará, encontrando-se a disposição na Coordenação do Curso.

A citação de qualquer trecho deste trabalho de pesquisa é permitida, desde que seja feita de conformidade com as normas da ética científica.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador: FRANCISCO DE ASSIS SOARES

LUIZ IVAN DE MELO CASTELAR

MARCOS COSTA HOLANDA

“Cantas a tua aldeia e cantarás o mundo”
(Provérbio Popular)

Nota de Agradecimentos

À Deus, Fonte da Sabedoria e da Inteligência, que ampara em todos os percalços da vida.

Ao meu esposo e filhos, pelo grande incentivo e compreensão pelas horas dedicadas aos estudos, encorajadas na certeza de um objetivo maior.

Aos meus pais e irmãs, pelo apoio sempre presente em cada nova jornada.

Ao Professor Francisco Soares, pelo empenho e dedicação para a consolidação deste trabalho, orientando no direcionamento e discussão dos temas relacionados à elaboração deste propósito. Aos professores Ivan Castelar e Marcos Costa Holanda, participantes da banca examinadora, contribuindo construtivamente para o engrandecimento das questões tratadas neste estudo.

À todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para a realização desta tarefa, o meu muito obrigada.

Sumário

RESUMO	1
INTRODUÇÃO	3
1. A TRADIÇÃO AGROINDUSTRIAL CEARENSE	7
1.1. Considerações Gerais	7
1.2. Aspectos Históricos do Processo de Industrialização no Ceará	8
1.3. Cenário Econômico Atual	14
1.4. O “Governo das Mudanças”	16
1.5. Direcionamento dos Mercados	19
2. A ATIVIDADE AGROINDUSTRIAL	22
2.1. Conceituação de Agroindústria	22
2.2. Os Complexos Agroindustriais	23
2.3. O Papel da Tecnologia na Agroindústria	24
2.4. A Agroindústria e o Desenvolvimento Rural	27
3. A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DOS PÓLOS DE DESENVOLVIMENTO E AGROINDÚSTRIA	31
3.1. A Teoria dos Pólos de Desenvolvimento	31
3.2. Aplicabilidade da Teoria dos Pólos no Nordeste Brasileiro	32
3.3. Os Pólos Agroindustriais Nordestinos	34
4. A AGROINDÚSTRIA NO CEARÁ: SITUAÇÃO RECENTE	39
4.1. Características Gerais da Agroindústria Cearense	39
4.2. Os Pólos Agroindustriais Cearenses	40
4.2.1. Pólo Baixo-Médio Jaguaribe	41
4.2.2. Pólo Acaraú/Curu	41
4.3. Distribuição Setorial da Agroindústria Cearense	44
4.3.1. Setor de Alimentos	44
4.3.2. Setor Coureiro	47
4.3.3. Cotonicultura	48
4.3.4. A Agroindústria do Caju	50
CONCLUSÃO	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

Lista de Tabelas, Gráficos e Figuras

1. TABELAS

TABELA 1 - AGROINDÚSTRIAS NO ESTADO DO CEARÁ

**TABELA 2 - PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES CEARENSES
(1994-95)**

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL NO BRASIL

**TABELA 4 - COMPARAÇÃO DAS POTENCIALIDADES DA FRUTICULTURA
IRRIGADA DO NORDESTE COM A CALIFÓRNIA, SEGUNDO
ALGUNS FATORES DE COMPETITIVIDADE**

**TABELA 5 - PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL NOS PÓLOS DO CEARÁ
(SITUAÇÃO DE SETEMBRO/1988)**

**TABELA 6 - PRINCIPAIS CULTURAS DO ESTADO DO CEARÁ (POSIÇÃO
EM DEZ/95 E DEZ/96)**

2. FIGURAS

FIGURA 1 - PÓLOS AGROINDUSTRIAIS DO CEARÁ

**FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DOS PRINCIPAIS
PRODUTOS NO PROCESSAMENTO INDUSTRIAL DO CAJU**

3. GRÁFICOS

**GRÁFICO 1 - PERFIL DAS EMPRESAS DO SETOR DE ALIMENTOS DO
CEARÁ**

O presente trabalho visa discorrer sobre o desenvolvimento do setor agroindustrial no Ceará, sobretudo a partir de 1987, época desde a qual a economia estadual vem se destacando em termos de crescimento, diversificação do parque industrial e atração de novos investimentos, dentro de um contexto de um estado que tem passado nos últimos anos por uma reorientação política e econômica, com o objetivo principal de alcançar o desenvolvimento e inserir-se no ambiente de globalização da economia.

A atividade agroindustrial no Ceará é bastante significativa para a economia do estado, constituindo-se de importante item na pauta de exportações, principalmente a indústria de beneficiamento da castanha de caju e do algodão, apesar da tendência de declínio que essas culturas têm apresentado na composição do PIB estadual.

Na tentativa de recuperar esse espaço, novas lavouras vem sendo desenvolvidas, sobretudo a fruticultura, que apresenta como bom exemplo o melão, cujo mercado consumidor pode ser encontrado no Sudeste brasileiro, Mercosul e Comunidade Econômica Européia.

Como forma de apoiar esse setor, o governo estadual tem investindo num programa de atração de empresas agroindustriais para o Ceará, na tentativa de instalar novas culturas e/ou recuperar culturas deficientes, as quais o estado tem sido obrigado a importar, como é o caso da laranja, abacaxi, mamão, algodão e abacate.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de transposição de alguns obstáculos enfrentados pelas empresas no tocante ao incipiente nível de pesquisa e tecnologia e escassas linhas de crédito, que possibilitem a exploração coordenada das potencialidades do estado, objetivando o aproveitamento e beneficiamento local dos recursos naturais, favorecendo ao surgimento da agroindústria como alternativa ao desenvolvimento sustentável.

No decorrer do trabalho, será feito um breve histórico da industrialização no Ceará e sua inserção no contexto de polarização agrícola do Nordeste, tendo a irrigação como linha mestra de desenvolvimento; identificação das novas oportunidades de investimento em agroindústria no estado, dentro do princípio da sustentabilidade que norteia o novo perfil da economia cearense; desempenho e perspectivas da produção

agroindustrial, sobretudo o segmento de fruticultura; políticas de incentivo e financiamento de unidades agroindustriais e, finalmente, a situação da agroindústria cearense frente a abertura de mercado proporcionada pela integração dos blocos econômicos (Mercosul, NAFTA e Comunidade Econômica Européia).

O processo de industrialização no Brasil iniciou-se com o surgimento das indústrias têxteis simultaneamente em quase todas as regiões, salientando-se que, em 1867, dentre as nove fábricas existentes, seis estavam localizadas no Nordeste (Furtado, 1991; 10).

A industrialização nordestina ganha ênfase a partir da reorganização da economia norte-americana após a Guerra de Secessão, ocasião quando o preço do algodão brasileiro foi caindo no mercado internacional, desestimulando a exportação do produto e favorecendo ao surgimento das primeiras indústrias têxteis, com o objetivo de diminuir os efeitos da crise, bem como consumir o excedente da produção algodoeira (Amora, 1994; 3).

Em meados de 1872, na então Província do Ceará, o governo oferecia vantagens financeiras para instalação de indústrias têxteis em Fortaleza, sendo a Fábrica de Tecidos Progresso, o primeiro empreendimento de vulto fundado no último decênio do século XIX (Amora, 1994; 3).

Assim, o desenvolvimento industrial no Ceará esteve voltado desde a sua primeira fase para o aproveitamento da produção agrícola regional, especificamente do algodão, principal produto do estado na época. Posteriormente, intensifica-se a indústria de óleos vegetais do caroço do algodão, mamona, oiticica e babaçu.

A segunda fase da industrialização no Ceará tem seu marco na elaboração do I Plano Diretor da SUDENE, aprovado para o período de 1960/62, através do qual a iniciativa privada era estimulada a se instalar no Nordeste, recebendo benefícios de incentivos fiscais e financeiros concedidos pelo Governo Federal. A estrutura industrial cearense ainda permaneceu, de certa forma, ligada às atividades tradicionais nos gêneros de alimentos, vestuário e têxtil, utilizando-se dos incentivos governamentais na modernização e/ou ampliação das atividades já existentes; implantação de indústrias de beneficiamento de matéria-prima (principalmente a castanha de caju) e, instalação de novas indústrias de substituição de importações naqueles setores considerados mais dinâmicos, tais como a metalurgia, química e minerais não metálicos.

Posteriormente, com o IV Plano Diretor da SUDENE para o período de 1969/73, houve a aplicação no Nordeste da Teoria dos Pólos de Desenvolvimento, de

François Perroux, segundo o qual o crescimento econômico não se manifesta ao mesmo tempo em todas as regiões do país, mas varia em intensidade através de regiões-pólos, onde se concentram desde as atividades produtivas até o consumo, e por conseguinte, exercem determinada influência sobre a economia global, funcionando como elemento vital para o equilíbrio do conjunto espacial, de forma a promover a dinamização das regiões com baixo nível de desenvolvimento.

Baseado nisto, foi identificado o segmento da agroindústria como um pólo potencial de desenvolvimento. A agroindústria pode ser vista como uma atividade produtiva que transforma, a partir da tecnologia empregada, o produto agropecuário ou seus subprodutos não manufaturados, visando sua utilização intermediária ou final, compreendendo desde a moagem de grãos; processamento/enlatamento de frutas e legumes, leites e derivados; prensagem de sementes oleaginosas; produção e abastecimento de carne; alcançando até as funções de armazenagem e comercialização dos produtos.

Segundo estudos do Banco Mundial¹, a agroindústria contribui principalmente, nos seguintes aspectos:

- *absorver excedentes agrícolas e atender às necessidades do aumento da população urbana;*
- *criar valor adicionado às matérias-primas e empregos a um custo menor do que muitas outras indústrias;*
- *instalar-se em localidades nas quais outras indústrias não tenham condições de viabilidade;*
- *contribuir para a descentralização da posse da propriedade industrial e a interiorização do desenvolvimento.*

Dentro desta concepção, foi desenvolvido pelo Banco do Nordeste um estudo pioneiro² que identificou e hierarquizou 14 pólos agroindustriais no Nordeste, os quais apresentam vantagens comparativas para ofertar continuamente produtos *in natura* e processados, destinados tanto para o mercado interno quanto externo.

Nesse sentido, ampliam-se as perspectivas de instalação de novas agroindústrias nos segmentos de óleos vegetais comestíveis, derivados de arroz e milho, frutas, legumes e hortaliças, das quais derivam outros produtos tais como sucos, polpas, doces, desidratados, condimentos e supergelados, viabilizando além das exportações, a formação de associações

¹ BNB/ETENE, Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste, pág. 28, vol.6, Fortaleza, 1991

² Idem

e *joint-ventures* com investidores locais ou estrangeiros, permitindo que se vislumbre o horizonte de crescimento para o curtíssimo prazo.

O Ceará é considerado o III Pólo Industrial nordestino e tem despontado no cenário nacional como um estado “emergente”, que vem atraindo novos investimentos em decorrência da mão-de-obra barata e abundante, boa infra-estrutura e amplos incentivos fiscais.

Visando consolidar ainda mais essa posição, dentro da proposta de política industrial do atual governo do estado, uma das alternativas de investimento considerada prioritária está a implantação e/ou fortalecimento de pólos industriais, incluindo o segmento da agroindústria como forma de aproveitamento e incentivo à produção primária, notadamente naquelas regiões do interior que são potencialmente produtoras de matérias-primas, sobretudo aquelas localizadas nos perímetros irrigados. A agroindústria, pois, se apresenta como um ponto de convergência entre os setores agrícola, industrial e serviços.

Diante disso, procurar-se-á enfatizar neste estudo o desenvolvimento da agroindústria a partir do ano de 1987, no primeiro governo de Tasso Jereissati, período em que se iniciaram as mudanças radicais no cenário político-econômico do Ceará, prosseguidas durante o governo de seu sucessor Ciro Gomes (91/94) e que, atualmente têm sido continuadas no segundo mandato de Tasso Jereissati como governador, projetando para o estado um horizonte econômico de crescimento em torno de 5% a.a., com a geração de mais empregos diretos através do programa de promoção industrial, que visa desenvolver desde a indústria de tecnologia de ponta à indústria intensiva em mão-de-obra.

Este estudo será desenvolvido em quatro capítulos. O primeiro deles traz uma abordagem sobre a industrialização cearense, vinculada à exploração agropecuária desde a ocupação espacial da Capitania, da inserção da produção algodoeira no mercado mundial e o surgimento dos primeiros estabelecimentos industriais, o início do então “Governo das Mudanças” e o crescimento econômico na atual fase de ampliação/modernização do parque industrial. No segundo capítulo, é feito um detalhamento da atividade agroindustrial, em sentido restrito e ampliado, suas características frente à modernização tecnológica e a importância do paralelismo entre o desenvolvimento agroindustrial e o desenvolvimento rural. O terceiro capítulo destaca a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento de François Perroux, como ela se identifica com o Nordeste e sua aplicabilidade na determinação dos

pólos potenciais de exploração agroindustrial na Região. O quarto capítulo analisa as características da agroindústria no Ceará, destacando as atividades produtivas nos pólos cearenses: Baixo-Médio Jaguaribe e Acaraú/Curu e o desempenho setorial recente da agroindústria estadual, distribuída entre os setores de alimentos, com destaque para o segmento da fruticultura tropical; setor coureiro; cotonicultura, que já foi a principal atividade no Estado e atualmente encontra-se em fase declinante; e por último, um item específico para a agroindústria do caju, face a importância dessa cultura para a economia cearense, o baixo nível de aproveitamento da produção e as perspectivas de mercado do sistema agroindustrial do caju frente os mercados interno e externo, tanto na exploração da ACC quanto do pedúnculo.

1. A Tradição Agroindustrial Cearense

1.1. Considerações Gerais

A industrialização no Brasil ganhou impulso com o incremento da demanda pelos meios de produção da agricultura e pela renda das atividades agroexportadoras. Posteriormente, com a expansão dos segmentos industriais nas áreas têxtil, de calçados, de alimentos, de bebidas e demais bens do setor de consumo, ocorreu a intensificação do setor de produção de bens substitutivos das importações, possibilitando a consolidação, na década de 50, da indústria de bens de consumo duráveis. Em seguida, firma-se a indústria de bens intermediários e de capital, o que veio a intensificar a instalação no país de muitas empresas multinacionais, sobretudo, nos locais onde já se havia delineado algum nível de concentração, estimulando a atividade produtiva nos centros mais dinâmicos do país.

No âmbito do Nordeste, o parque industrial experimentou um amplo crescimento, com elevação e diversificação da produção, amparada na política de incentivos fiscais e financeiros usufruídos nos últimos decênios, dentre os quais destacam-se o Sistema 34/18-FINOR³, beneficiando principalmente as indústrias: química, metalurgia, minerais não-metálicos, material elétrico e de comunicações, de papel e papelão, para as quais destinaram-se a maior parte dos incentivos, e em menor proporção as tradicionais indústrias nordestinas, assim subdivididas: têxtil, alimentos, vestuário e calçados.

Assim, a industrialização nordestina esteve à cargo de grupos empresariais de grande porte, nacionais e estrangeiros, com experiência anterior no ramo, e que viram no Nordeste uma alternativa de acumulação crescente de capital, através da diversificação da produção e de ampliação dos mercados, amparada na política de incentivos promovida pelo governo, conjugada aos baixos níveis salariais vigentes na região.

³ O artigo 34 da Lei nº 3.995, de 1961, permitia a dedução de 50% do total do imposto de renda devido, às pessoas jurídicas de todo o país que quisessem aplicar no Nordeste. Posteriormente em 1963, esta mesma dedução foi autorizada às empresas estrangeiras através do artigo 18 da Lei nº 4.239. Em dezembro de 1974, através do Decreto-Lei nº 1.376, os incentivos passaram a ter nova denominação: Fundo de Investimento do Nordeste-FINOR. O FINOR adquire debêntures de emissão das empresas titulares de projetos aprovados pela SUDENE, conversíveis ou não em ações, que irão compor o *funding* de uma carteira de títulos, cuja rentabilidade e valorização propiciam o retorno do investimento das empresas que optarem pela aplicação de parte de seu Imposto de Renda no Nordeste.

A partir de 1988, com a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), a região do semi-árido nordestino é beneficiada com recursos creditícios do Governo Federal, através de financiamento a atividades produtivas vinculadas às unidades administrativas locais, baseada em políticas setoriais de atuação que primam pela expansão do parque industrial e pela valorização e defesa do mercado doméstico, obedecendo ao princípio da cooperação, consulta e troca de informações entre governo, empresários, trabalhadores e consumidores.

A visão estratégica do desenvolvimento setorial consiste no levantamento da importância relativa de determinados segmentos ou atividades de peso na dinamização da economia; na identificação dos obstáculos que se interpõem à realização do potencial competitivo do setor, programando um horizonte de ações que facilitem a superação dessas dificuldades; e na sinergia entre os agentes transformadores, os empresários e a ação governamental, no sentido de promover uma divisão do trabalho de forma coordenada, evitando interesses conflitantes que possam comprometer os resultados finais.

Nesse sentido, insere-se o desempenho recente da economia do Ceará, que tem experimentado, desde 1987, uma expansão nos níveis de crescimento econômico e de eficiência do setor público, cujo equilíbrio orçamentário tem permitido o autofinanciamento na realização de obras de infra-estrutura e de cunho social, possibilitando uma elevação na captação de recursos externos, bem como na atração de investimentos privados, com prioridade para os novos projetos no setor industrial.

1.2. Aspectos Históricos do Processo de Industrialização no Ceará

Para a compreensão do desenvolvimento industrial no Ceará, torna-se necessário examinar a formação do sistema econômico local, observando desde a fixação no espaço cearense até sua incorporação à dinâmica capitalista e na divisão internacional do trabalho.

Apesar da produção açucareira ter sido a principal atividade agrícola da economia colonial, no Ceará, diferentemente, a criação de gado surge como elemento dinamizador da economia, contribuindo para a colonização da Capitania através das estradas que se desenvolveram no roteiro das boiadas ao longo das margens dos rios,

fundando-se a partir daí os “ranchos estradeiros” onde se realizavam as transações comerciais⁴.

O advento da Revolução Industrial e a demanda internacional provocada pela Guerra de Secessão Americana, estimularam a produção do algodão voltada para o mercado externo, de forma que a cultura algodoeira, passa a ser, então, a principal atividade econômica do Ceará⁵.

A cidade de Fortaleza se destaca como o unidade coletora e exportadora do produto, tornando-se aos poucos no centro de transformação da produção primária do algodão, culminando em 1884, com a instalação da primeira indústria têxtil: a Fábrica de Tecidos Progresso⁶, que marca o início da fase de industrialização propriamente dita no Ceará.

Além da abundância de matéria-prima, a situação locacional privilegiada para escoamento da produção elegeu o porto de Fortaleza como o “ponto natural de exportação” do algodão, convergindo, assim, a maior parte dos recursos para esta cidade, consolidando sua condição de Capital.

Com o crescimento do parque fabril têxtil, surgem as indústrias de beneficiamento de óleos vegetais, de início aproveitando o caroço de algodão, desenvolvendo-se em seguida a industrialização de outras sementes: mamona, oiticica e babaçu, as quais passam a ser utilizadas como matérias-primas para a elaboração de produtos alimentares e sabão, gerando uma interdependência entre estes setores. A capital cearense destaca-se, portanto, como um dos principais centros de produção de óleos vegetais do Nordeste.

Vale destacar que desde a implantação da primeira indústria - Fábrica de Tecidos Progresso, até os anos 30, as principais indústrias do Ceará estiveram relacionadas ao aproveitamento do algodão, podendo ser citadas dentre as de maior vulto: Siqueira Gurgel (fundada em 1925) e Philomeno S/A Indústria e Comércio (fundada em 1926), apesar de que no final dos anos 20, tenha havido uma tentativa de beneficiamento do óleo

⁴ Girão, Valdelice Carneiro, Da Conquista à Implantação dos Primeiro Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande, *apud* História do Ceará, UFC-NUDOC, p. 39, Fortaleza, 1994.

⁵ Silva, José Borzacchiello da Silva, O Algodão na Organização do Espaço, *apud* História do Ceará, UFC-NUDOC, p. 86, Fortaleza, 1994.

⁶ Amora, Zenilde Baima, Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará, , *apud* História do Ceará, UFC-NUDOC, p. 122, Fortaleza, 1994

de oiticica como matéria-prima para a indústria de óleos secativos, porém só obtendo êxito em 1934, com a incorporação deste segmento por capitais estrangeiros.

Somente nos anos 40 é que irão se instalar em Fortaleza as fábricas de beneficiamento da cera de carnaúba, produção de óleos vegetais e sabão, afora a indústria têxtil e suas correlatas que continuaram se instalando, como é o caso da Fábrica de Tecidos Santa Cecília do Cotonificio Leite Barbosa, fundada no início da década de 50.

Por volta da metade dos anos 50, surgem pequenas fábricas ligadas ao gênero alimentar, como as panificadoras, destinadas ao atendimento das necessidades da crescente população cearense, contudo, dado o pequeno porte e as condições precárias de funcionamento, muitas destas unidades nem são consideradas estruturas industriais.

Uma segunda etapa na industrialização do Ceará tem início a partir de 1960, após a criação da SUDENE, com a implantação do sistema de estímulo à iniciativa privada através dos incentivos fiscais e financeiros (Sistema 34/18) para que novas empresas se instalassem no Estado.

No intuito de elevar a parcela de incentivos e investimentos recebidos pelo Ceará, os governos estaduais até 1970, voltaram-se para a criação de condições de infraestrutura (rede de distribuição de água e de energia elétrica, ampliação e melhoria de estradas e da rede de abastecimento d'água) e de serviços (instituições de apoio técnico e financeiro, como a Superintendência do Desenvolvimento do Ceará-SUDEDEC, A Companhia de Desenvolvimento do Ceará-CODEC, o Banco do Estado do Ceará-BEC e o Banco de Desenvolvimento do Ceará⁷.

Com estas medidas, aumenta a participação da indústria de transformação na renda estadual, no entanto, a concentração desses incentivos verificou-se nas maiores cidades, atraídos pelas vantagens locacionais (matérias-primas, infraestrutura, condições de escoamento etc), beneficiando além de Fortaleza, os principais centros interioranos: Crato, Juazeiro do Norte e Sobral.

Contudo, em sua grande maioria, os incentivos recebidos destinaram-se à modernização e/ou ampliação de atividades tradicionais (alimentar, vestuário e têxtil,

⁷ Soares, Francisco de Assis & Santos, Sandra Maria, A Questão da Industrialização Estadual no Contexto do Ajuste Público do Ceará, Texto para Discussão nº 130, UFC/CAEN, Fortaleza, 1993.

mantendo-se a mesma estrutura industrial do período anterior, também voltada para o beneficiamento de matérias-primas agrícolas.

Merece destaque, nesta fase mais recente, a expansão observada com a aplicação dos incentivos no beneficiamento da castanha de caju, importante produto da pauta de exportações cearense; no beneficiamento e frigorificação da pesca, e na implantação das indústrias químicas, minerais não-metálicos e metalúrgicas. Estas últimas, desenvolveram-se com uma produção mais diversificada: latas para embalagens; produtos para a construção civil; artefatos de aço e alumínio para uso doméstico e bens de consumo intermediário (fogões a gás e botijões), cujo mercado era bem mais amplo.

Ressalte-se, entretanto, que apesar da dinâmica implementada na economia do Ceará na segunda fase, não se verificou a alavancagem esperada nos níveis de emprego, dada a tecnologia mais avançada utilizada nas novas empresas, sobretudo, poupadoras de mão-de-obra, refletindo na criação de 9.779 postos de trabalho.

A partir de 1974, a atuação do FINOR privilegia a indústria tradicional de médio porte, tornando-a moderna e competitiva no mercado, contribuindo para que o empresariado cearense se projetasse de forma autônoma do poder local e da esfera governamental, assumindo gradualmente a condição de críticos da intervenção do Estado brasileiro:

Somos nós empresários, diretamente responsáveis pelas condições políticas vigentes, alguns porque delas participaram pessoalmente, outros porque as aprovaram sem restrições...

(Amarílio Macedo, em seu discurso de posse à presidência do Centro Industrial do Ceará, em 1980)

Surgem a partir daí as primeiras “manifestações de rompimento”⁸, que irão refletir diretamente nas ações do Centro Industrial do Ceará (CIC), cujos objetivos, a partir de 1982, voltam-se para a conquista do poder baseado na ética competitiva e espírito concorrencial, redefinindo a organização industrial de uma forma horizontal - em contraposição à hegemonia coronelista vigente até aquele momento, com a predominância de pequenas e médias empresas competitivas, voltadas para os mercados nacionais e internacionais.

⁸ Abu-El-Haj, Jawdat, Neo-Desenvolvimentismo no Ceará: Autonomia Empresarial e Política Industrial, artigo do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, p.2, Fortaleza, 1991.

Consolidando esses interesses, tem início o então “Governo das Mudanças” com Tasso Jereissati no período de 1986-1990, Ciro Gomes, de 1990 a 1994, e novamente Tasso Jereissati, assumindo seu segundo mandato em 1995.

O projeto político do CIC foi incorporado nos projetos do novo modelo governo-empresário, essencialmente em quatro elementos⁹:

- i. crítica severa da estatização e do intervencionismo desenvolvimentista do setor público;
- ii. defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como a essência de uma sociedade aberta e democrática;
- iii. crítica da visão corporativa regional e das posições conservadoras assumidas pela classe empresarial brasileira, e
- iv. defesa do Nordeste e coordenação dos desequilíbrios inter-regionais.

Ao Estado, caberia a função de provedor de investimentos na área social: saúde, educação e geração de emprego, que em conjunto formariam a base de sustentação do crescimento econômico e superação do atraso regional e pobreza.

O “Governo das Mudanças” se propõe, então, na sua primeira gestão, a equilibrar administrativa e financeiramente o Estado, como meta primordial para a solução dos desequilíbrios encontrados, redirecionando a demanda pública por bens e serviços desenvolvidos por empresas locais (sobretudo as micro e pequenas empresas) como por exemplo carteiras escolares e botas policiais, contribuindo, assim, para a interiorização da indústria¹⁰.

A industrialização desenvolver-se-ia mediante parceria entre o capital estatal e o privado, voltada para grandes projetos cujos efeitos propulsores propiciariam a expansão econômica, assim como a pulverização de atividades industriais relacionadas à pequena e média empresa, paralelamente ao crescimento dos mercados consumidores.

Também merece destaque o projeto das Zonas de Processamento de Exportações (ZPE), que apesar de não ter conseguido entrar em funcionamento, constituiu-se no projeto-piloto para a divulgação do Ceará aos empresários estrangeiros, em especial

⁹ Idem,

¹⁰ Soares, op. cit.

os asiáticos, como um estado financeiramente equilibrado, antes mesmo do processo de abertura nacional¹¹.

Já no Governo Ciro Gomes, há uma continuidade do processo de mudanças, com as devidas correções nos pontos de entrave, fazendo-se necessária a reformulação de estratégias na interiorização de indústrias, antes voltadas para as micro e pequenas empresas e ao conceito de distrito industrial, passando, então, para a decisão de instalar projetos de grande porte em regiões fora da área metropolitana, utilizando-se de recursos oriundos do FNE por serem projetos localizados no semi-árido. Os esforços foram direcionados para a atração de parcerias com empresas estrangeiras sob a forma de *joint ventures*, obtendo com isso a transferência/difusão de tecnologia, como é o caso dos setores de granito, têxtil e confecção.

Na atual fase, os discursos governamentais se voltam para a integração econômica, em proporções cada vez maiores e mais amplas, no intuito de aumentar os ganhos de eficiência alocativa dos fatores, por conseguinte, elevar o nível de produção agregada da economia.

Todavia, a integração é condição necessária mas não suficiente para a globalização, um conceito mais amplo que incorpora fatores alheios à produção tradicional: tecnologia flexível, instituições modernas, sistema financeiro eficiente, legislações adequadas aos padrões internacionais etc. Aliada a estes fatores, está a capacidade de atração de recursos diretamente relacionada com a consistência dos objetivos propostos a médio e longo prazos.

Neste contexto, o Ceará vem desempenhando uma estratégia de atração de investimentos voltados para a diversificação do parque industrial do Estado, que oferece além dos incentivos da SUDENE, isenção de ICMS, financiamentos para compra de terrenos, dentre outros.

Com isso, vários grupos nacionais e estrangeiros têm se deslocado para o estado em busca de mão-de-obra mais barata (em média 40% inferiores aos estados do Sul e Sudeste), e pela proximidade dos mercados consumidores da Europa e América do Norte.

¹¹ Idem.

1.3. Cenário Econômico Atual

O Produto Interno Bruto do Ceará, em 1995, voltou a apresentar crescimento superior ao do PIB nacional, registrando 5,47% contra os 4,2% do país. Segundo dados do próprio Iplance, esse crescimento foi proporcionado pelo desempenho da indústria, sobretudo a de transformação, representando um declínio na participação da agropecuária estadual, setor que tradicionalmente liderava o *ranking* de desenvolvimento no estado e que apresentou números desfavoráveis (em 1995 decresceu 0,67% em relação a 1994, conforme dados do Iplance) devido às oscilações climáticas da região.

No tocante às exportações, o estado do Ceará registrou em 1995, uma variação positiva de 5,14% no total, em relação aos resultados obtidos no ano anterior (US\$ 334,9 milhões). Contudo, o volume negociado passou de 154.988 t, em 1994, para 136.981 t em 1995, representando um decréscimo de 12,0%, o que leva a crer que o crescimento observado decorre da melhoria dos preços dos produtos vendidos no mercado externo.

O principal produto da pauta de exportações, a castanha de caju, teve um crescimento de 40,4% nos valores negociados, totalizando US\$ 129,9 milhões, em 1995, participando com 36,9% do total das exportações. Outros quatro produtos também revelaram expressiva participação no comércio exterior em 1995, os quais: lagosta (14,4%); tecidos (12,9%); cera de carnaúba (10,9%) e os fios de algodão (4,5%).

Quanto às importações, os dados estatísticos obtidos até outubro/95 totalizaram US\$ 522 milhões, aproximando-se do valor alcançado no ano de 1994, constatando-se uma maior diversificação na pauta de importações nos itens: automóveis de passageiros, cocos frescos e papel de jornal. Entretanto, em 1995, os produtos que apresentaram maior participação, em ordem decrescente de montante importado, foram: trigo em grão (19,3%), algodão (13,9%), óleo diesel (9,2%), milho em grão (4,2%), fibras de poliéster (3,5%), gasolina automotiva (2,6%) e óleo bruto de petróleo (2,3%).

Diante desses dados, chama a atenção o déficit que se verifica na Balança Comercial Cearense em 1995, sobretudo pela dependência do Estado em três produtos primários vinculados à agroindústria: trigo, algodão e milho, supridas através de importações interregionais e internacionais, evidenciando a insuficiência da produção estadual para suprir a demanda interna.

Não resta dúvida que a economia cearense tenha sido alavancada com o ingresso de tantos investimentos. Todavia, apesar do crescimento econômico observado, ainda há disparidades absurdas nos indicadores sociais em consequência à acentuada assimetria de desempenho entre os setores primário e secundário.

Na opinião de empresários do setor, apesar do intenso dinamismo experimentado pela economia cearense nestes últimos anos, não só o processo de industrialização, mas também a falta de linhas de financiamento tem provocado a redução da representatividade que a agroindústria desempenha no setor secundário do estado. O segmento de fruticultura (cujo mercado-alvo se localiza no exterior), além deste problema também vem sendo atingido pela estabilização da moeda via monitoração da taxa de câmbio e pelo alto custo de financiamento das exportações, tornando ainda mais elevado o custo final do produto para colocação no mercado internacional.

A despeito disto, as perspectivas de expansão do mercado consumidor para os produtos oriundos da agroindústria cearense ainda são bastante otimistas, sobretudo com a conclusão das obras do aeroporto e do novo porto, no intuito de facilitar o escoamento da produção, diminuindo os custos e elevando as receitas provenientes das exportações das culturas tradicionais, assim como das culturas “emergentes” no *locus* de consumo, como é o caso das frutas tropicais, que ainda dispõem de vasto mercado a ser conquistado.

Na realidade, a retomada dos investimentos e os aumentos de produtividade não situam o Ceará como um estado-modelo, mas o destacam pela performance agressiva e obstinada pela mudança do paradigma de desajuste orçamentário e inviabilidade, para o equilíbrio das contas públicas e credibilidade no mercado, alcançados com o enxugamento da administração pública.

Dentro deste novo quadro econômico que o Ceará vem alcançando com a continuidade do então o “Governo das Mudanças”, insere-se a efetivação de projetos estruturadores e de apoio a bases locais, articulando os interesses da população e empresariado.

1.4. O “Governo das Mudanças”

As políticas públicas e as diretrizes básicas do governo Tasso Jereissati, quando da sua primeira gestão, podem ser encontradas no Plano de Mudanças: 1987-1991, e trazem como prioritários dois pontos a serem superados:

- i. precária situação social do Estado;
- ii. inoperância e arcaísmo da máquina político-administrativa estadual.

Neste contexto, a política industrial é apresentada como a solução para a transposição destes obstáculos, no sentido de que com o crescimento econômico se ataca a miséria e através do investimento industrial promove-se a geração de empregos.

Na realidade, o programa de desenvolvimento industrial empreendido pelo governo do estado a partir de 1991, no então Governo Ciro Gomes, vem mudando o perfil da economia cearense e, aos poucos vem se projetando no ambiente econômico como um líder na atração de investimentos nos mais diversos setores.

De fato, desde 1987 a economia estadual vem se comportando em termos de crescimento em níveis bem superiores aos do país - entre 1987 e 1995, o PIB do Ceará evoluiu positivamente, acumulando um crescimento de 40,89% contra os 12,22% da expansão econômica brasileira, no mesmo período¹² - dados os aportes de investimentos que vem sendo recebidos, atraídos não só pelos incentivos fiscais, mas também pelo baixo nível de salário pago no Ceará.

Um aspecto positivo que deve ser salientado é o fato de que o Ceará é hoje, um dos poucos estados brasileiros que tem seu orçamento equilibrado, importante fator no que diz respeito à credibilidade junto ao mercado investidor, nacional e internacional, garantindo assim a efetivação de grandes projetos de desenvolvimento planejados para o estado.

O crescimento do PIB do Ceará, em 1995, está respaldado pelo crescimento de 11% na indústria, em especial a de transformação, fortemente incrementada com a instalação de grandes parques industriais como o Grupo Grendene em Sobral; a Vulcabrás, em Horizonte; a Dakota do Nordeste, a Mallory e a Rewlys, em Maranguape, para citar somente algumas.

Numa perspectiva de continuidade desse processo de crescimento amparado na industrialização, o atual governo do estado tem incrementado o nível de investimentos,

direcionando-os para a ampliação/modernização da infra-estrutura cearense e implantação de novas indústrias, assim distribuídos:

- US\$ 800 milhões - 9.600 Unidades Habitacionais, Hotéis, *Resort*, Apart Hotel, Pousada, Spa
- US\$ 800 milhões - Companhia Siderúrgica do Ceará
- US\$ 62,5 milhões - Ampliação do Aeroporto
- US\$ 245 milhões - METROFOR
- US\$ 126 milhões - PRODETUR
- US\$ 120 milhões - Porto do Pecém
- US\$ 265 milhões - SANEAR.

Além disso, os planos do governo contemplam o fortalecimento da agroindústria, como uma opção para o desenvolvimento industrial, constituindo-se em importante incentivo para um melhor aproveitamento da produção primária, sobretudo em áreas irrigadas ou com potencial para irrigação, que possibilitem a criação de Pólos Agroindustriais, visando ampliar o abastecimento alimentar e paralelamente proporcionar a criação de empregos estáveis na área rural.

No que diz respeito à produção agrícola e sua interligação com a agroindústria, o próprio governo pondera acerca da insuficiência e da inadequação dos programas governamentais para o desenvolvimento sustentável da agricultura do Estado e para solução dos desequilíbrios sociais resultantes da urbanização desregrada, frente à emigração da população rural para as cidades.

Por desenvolvimento sustentável entende-se como sendo aquele que atende às necessidades do presente, sem no entanto comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias. O atingimento desse estágio, remete a um processo de mudanças sociais no qual a exploração dos recursos, os objetivos dos investimentos, o foco do desenvolvimento tecnológico e as reformas institucionais são realizadas coordenadamente, proporcionando a expansão das possibilidades presentes e futuras de satisfação das necessidades e aspirações humanas.

¹² Iplance, O Ceará e o Mercosul 1990-1995, p.13, Fortaleza, 1997

No Plano Indicativo para o Desenvolvimento Rural do Ceará, para o período de 1995/1998, está definido o *crescimento sustentável da agricultura como estratégia para o desenvolvimento equilibrado*.

Dentro desta visão, no Plano do Governo para a agricultura, procura-se encaixar uma proposta de combate à pobreza, de distribuição de renda e de geração de empregos, partindo do pressuposto que a mobilidade geográfica compromete estes resultados, ou seja, *o progresso deve ser levado para o campo e não o contrário... com a população rural vindo marginalizar-se nas metrópoles*.

Nesse sentido, um dos pontos contemplados diz respeito a Irrigação e Pólos Agroindustriais, objetivando aumentar a produção e a produtividade agrícola, desenvolvendo a agroindústria, o abastecimento alimentar e a criação paralela de empregos estáveis na área rural. Para isso, a proposta é de incentivos à implantação de novas áreas potencialmente dispostas à irrigação, visando a consolidação das empresas agroindustriais existentes e o surgimento de novas unidades, com destaque para a fruticultura/floricultura.

Como estratégia para efetivação dessas diretrizes, o Plano propõe a promoção de cursos de capacitação nas áreas de gerenciamento e qualidade do produto; articulação com o mercado consumidor, direta ou indiretamente através de intercâmbio com entidades de pesquisa; ofertas de financiamento para implantação de miniagroindústrias de laticínios, e orientação mercadológica aos produtores.

A opinião do Governo do Estado sobre a exploração da fruticultura e floricultura, pode ser vista no Plano de Desenvolvimento, transcrito a seguir:

A fruticultura e a floricultura são atividades em expansão no país, principalmente nas áreas semi-áridas do Nordeste com possibilidade de irrigação, onde a garantia de produção e qualidade das flores e dos frutos produzidos possibilitam o investimento tecnológico e criam amplas perspectivas para o Brasil tornar-se, além de maior produtor mundial de flores e frutos tropicais, o seu maior exportador.

A exploração dessas duas culturas tem ambiente favorável nas seguintes regiões: Planalto da Ibiapaba, Vale do Jaguaribe, Vale do Cariri, Litoral e toda a área irrigada, em função das condições ecológicas adequadas que se verificam nessas localidades.

Baseado nestas condições, os objetivos do governo estadual visam estimular a fruticultura e a floricultura, dando condições ao surgimento de agroindústrias relacionadas ao suco de frutas, modificando o perfil das tradicionais culturas exploradas no Estado, através do investimento da iniciativa privada na plantação, processamento e comercialização de frutas e flores, oferecendo em contrapartida o incentivo na colocação dos produtos nos mercados nacionais e internacionais.

Para isto, o governo se propõe a implementar um programa de pesquisa e apoio tecnológico para o setor de fruticultura/floricultura, no sentido de desenvolver, adaptar e difundir tecnologias mais eficientes e mais adequadas à realidade do clima e solos do Ceará.

Na tabela a seguir reproduz-se o cronograma das metas do governo, no tocante ao desenvolvimento da atividade agroindustrial, notadamente no que se refere à recuperação, implantação, ampliação e modernização das unidades rurais.

Tabela 1
Agroindústrias no Estado do Ceará

Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	TOTAL
Recuperação	03	06	08	10	12	39
Implantação	-	20	20	20	20	80
Ampliação	-	01	02	02	02	07
Modernização	-	05	05	05	05	20
TOTAL	03	32	35	37	39	146

Fonte: Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará 1995/1998
Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária

1.5. Direcionamento dos Mercados

No âmbito do programa de promoção industrial desenvolvido pelo governo do Ceará, a atividade agroindustrial, além de constar dos programas prioritários para o desenvolvimento da economia rural cearense, também será beneficiária indireta das obras de grande porte destinadas à ampliação/modernização da infra-estrutura do estado, principalmente com as reformas no aeroporto e a instalação do Porto do Pecém, haja vista a maior facilidade de escoamento da produção.

O direcionamento do mercado agroindustrial cearense não difere muito do regional, colocando-se em perspectivas de expansão primeiramente o centro consumidor

local, seguido do Sudeste e em maior potencial o setor externo. Isto verifica-se em função das tradicionais exportações para a Comunidade Econômica Européia e Estados Unidos, e da crescente intensificação das transações comerciais com os países da América Latina, oriunda da integração econômica proporcionada pelo Mercosul, amparada no processo de globalização dos mercados, que tem se revelado numa forte alternativa de incremento das relações comerciais entre os países.

Na tabela 2 encontra-se o detalhamento dos principais centros de destino das exportações cearenses, que movimentou recursos da ordem de US\$ 352,1 milhões, em 1995, representando um crescimento de 5,14% em relação a 1994, oriundo, na sua maior parte, da venda de produtos básicos.

Tabela 2
Principais Destinos das Exportações Cearenses
1994-95

Discriminação	Valores em US\$ FOB	
	1994	1995
África	1.706.035	1.698.756
Associação Latino Americana de Integração (*)	52.783.504	70.314.475
Ásia	18.608.362	25.672.614
Canadá	11.511.866	13.477.679
Comunidade Econômica Européia	31.862.646	42.259.996
Estados Unidos	144.662.608	171.652.310
Mercosul (*)	30.737.156	43.219.390
Oceania	992.406	1.897.976
Oriente Médio	6.481.049	4.194.777
Demais	66.255.507	19.962.652
TOTAL	334.860.983	352.131.235

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo/Secretaria do Comércio Exterior

Elaboração: IPLANCE

(*) Inclui valores do Mercosul

No final de 1996, realizou-se em Fortaleza a reunião de cúpula do Mercosul, pela primeira vez em uma cidade nordestina, estimando-se um montante de US\$ 160 milhões negociados naquela ocasião, na qual destacou-se o Ceará dentre os estados nordestinos, tanto pelo crescimento que vem alcançando, como pelo *boom* industrial que vem exercendo, originado não só pela abundância de mão-de-obra barata, mas também pela relativa infra-estrutura e atraentes incentivos fiscais, coadunando para a atração em escala crescente dos capitais estrangeiros que aqui tem se estabelecido.

Adicionando-se a isto, outro facilitador das negociações cearenses com os países do cone sul, especialmente no que se refere às exportações de frutas tropicais, reside no fato da produção cearense ter um caráter complementar à daqueles países, ao contrário

dos estados do Sul do Brasil (normalmente os maiores beneficiários no país com a integração advinda do Mercosul), cuja produção se assemelha a dos países integrantes do bloco.

Este último fator vislumbra grandes perspectivas de ampliação das exportações do setor agroindustrial, cujos produtos de maior atratividade para exportação são as frutas tropicais, principalmente manga e melão, e água de coco industrializada, apesar do incipiente nível tecnológico de que se utilizam as agroindústrias cearenses, especialmente àquelas relacionadas à base do complexo, cujo potencial de exploração fica comprometido.

2. A Atividade Agroindustrial

2.1. Conceituação de Agroindústria

A definição genérica do termo agroindústria, diz respeito a qualquer atividade industrial que beneficia ou transforma insumos oriundos da atividade agropecuária.

A pequena agroindústria é vista como sendo¹³ o conjunto de atividades fabris, informais e formais, em escala de micro e pequena empresa, que utilizam como matéria-prima a produção agropecuária ou produtos resultantes de extrativismo mineral, vegetal e animal, ou que produzem bens (equipamentos, ferramentas, materiais de construção e materiais de consumo) necessários à produção agropecuária, à operação da unidade agroindustrial e ao consumo local, aproximando-se do conceito de pequena indústria rural. Outras conceituações incluem neste segmento a produção de insumos para a agricultura (fertilizantes, defensivos, máquinas e equipamentos agrícolas etc).

Em sentido ampliado, a definição de Lauschner¹⁴ para agroindústria pode ser entendida como sendo a “unidade produtiva que transforma o produto agropecuário natural ou já industrializado para a utilização intermediária ou final”. Estão aí incluídas as indústrias têxteis, calçados, confeitarias etc.

Ainda segundo Lauschner, também pode ser vista como agroindústria, “a unidade produtiva que compra diretamente do produtor rural um mínimo de 25% do valor total dos insumos utilizados ou transforma para utilização intermediária ou final, o produto agropecuário ou seus subprodutos não manufaturados”, acrescentando ainda que, em sentido restrito, a agroindústria é aquela indústria que está próxima do agricultor. Daí a razão pela qual se exclui deste conceito as indústrias de calçados, as padarias e as indústrias têxteis, que pouco ou nada adquirem do agricultor, uma vez que realizam a segunda ou terceira industrialização da matéria-prima.

¹³ BNB/ETENE, Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste, v.3, p.14, Fortaleza, 1994

¹⁴ Silva da, Lourenço Vieira, Complexos Agroindustriais, A Agricultura e a Agroindústria-Perspectivas para os Anos 90, Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, p.191, julho/1990.

2.2. Os Complexos Agroindustriais

Desde 1950, vem sendo utilizado o termo *Agribusiness* para sintetizar as operações relacionadas à produção, armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas *in natura* ou dele derivados. No Brasil, a terminologia utilizada para descrever tais processos tornou-se conhecida por Complexo Agroindustrial, envolvendo além das ações já mencionadas, a integração técnica e econômica dos capitais envolvidos, subordinados por sua vez à política estatal de incentivos ao desenvolvimento agropecuário.

As atividades do Complexo Agroindustrial podem ser resumidas como se segue¹⁵:

- i. Agregado I - setor de produção de insumos rurais, correspondendo ao setor industrial a montante da agropecuária;
- ii. Agregado II - setor de produção agropecuária propriamente dito, e
- iii. Agregado III - setor de armazenagem, processamento e distribuição do final do produto rural. Nesta classificação se encontra a agroindústria, como uma unidade de transformação preponderantemente agrícola, relacionando-se ao mesmo tempo com o produtor rural e com o mercado-alvo.

Com a estruturação do Complexo Agroindustrial na economia rural, a atividade agrícola primária ligada à cultura de subsistência perde espaço para a comercialização da produção agrícola, ou seja, os agricultores consomem cada vez menos o que produzem. Se por um lado, a produção submete-se a utilização de fertilizantes, defensivos do solo, máquinas e outros meios de produção especializados, enfim, à indústria a montante do setor agropecuário, por outro, os níveis de produtividade e de especialização se elevam, contribuindo para uma maior organização de indústrias a jusante da unidade produtora, através da consolidação de estruturas de armazenagem, transporte, processamento, industrialização e distribuição.

De certa forma, o dinamismo agroindustrial obriga o setor agrícola a se adequar aos padrões de competitividade internacional, sendo necessária a intervenção governamental no sentido de prover o setor dos recursos necessários à manutenção da produtividade e eficiência logrados, sob a forma de créditos de investimento, custeio e de comercialização.

¹⁵ Oliveira de, Joana D'arc, O Complexo Agroindustrial de Frutas Tropicais no Estado do Ceará, SENAI-CE, 1994, p.49.

2.3. O Papel da Tecnologia na Agroindústria

No limiar do novo século, generaliza-se a visão transnacional dos mercados, conjugada às ondas de inovações tecnológicas que revolucionam as estratégias empresariais no mundo inteiro.

A conceituação de tecnologia passa pela compreensão e racionalização de uma prática aplicada na transformação de insumos em produtos. A difusão e aplicação de novas tecnologias depende mais da aceitação por parte das pessoas que dela se utilizarão do que do montante que elas representam.

Diante do perfil urbano-rural vigente, com a grande maioria das populações concentrada nas cidades, o processo de modernização da agricultura, imbricado ao desenvolvimento agroindustrial através de novas tecnologias é irreversível, uma vez que esta interdependência propicia uma redução nos níveis de desperdício dos alimentos, dado seu caráter perecível, assim como minimiza a perda de peso e volume durante o processo de industrialização, representando redução nos custos de transportes.

Um dos fatores predominantes no complexo agroindustrial é o nível tecnológico imbricado na capacidade de resposta das empresas às exigências do mercado e da concorrência, constituindo-se a tecnologia, portanto, num verdadeiro “ativo” para a empresa.

Na atividade agroindustrial as empresas posicionam-se agressivamente no mercado, amparadas pelo desenvolvimento de tecnologias intrínsecas ao produto, as quais, dependendo do mercado-alvo, exigem contínuos investimentos em pesquisa e crescentes melhorias no produto final, atendendo as necessidades do consumidor, além de agregar maior valor na rentabilidade da empresa.

No Brasil, verifica-se nos setores de base do complexo agroindustrial (por exemplo a produção de sucos) a inexistência de desafios tecnológicos nos processos industriais, haja vista a homogeneidade do produto. Todavia, no que se refere à indústria de alimentos, a necessidade de desenvolvimento de novos produtos é fundamental para a manutenção da empresa no mercado, uma vez que a preferência do consumidor é fator determinante na área agro-alimentar.

Segundo Zylberstajn¹⁶, destacam-se novas tendências nas cadeias agro-alimentares, dentre as quais pode-se citar:

- a) *alimentação de conveniência* - retrata os aspectos relativos à facilidade na obtenção, manuseio e consumo dos alimentos, provocando alterações nas embalagens e modos de distribuição de produtos através das cadeias produtivas e de distribuição, como por exemplo: alimentos para microondas e embalagens especiais para cozimento;
- b) *preocupações nutricionais* - proporcionalmente mais solicitadas por consumidores de níveis de renda média e alta, cuja indagação principal volta-se para o valor nutricional e energético dos alimentos. O desenvolvimento da biotecnologia é um reflexo dessa exigência, especialmente na produção de alimentos não calóricos, substitutos do açúcar, com baixo colesterol, mais fibras, pouco sal etc.
- c) *shelf-life* - diz respeito à conservação dos aspectos qualitativos do produto diante de uma maior permanência na rede de distribuição, antes do consumo final, resultando em modificações no processamento dos alimentos por manipulação genética, tradicional ou não, assim como um maior controle, por exemplo, do ar atmosférico do ambiente de embalagem, da assepsia da própria embalagem, pré-acondicionamento de alimento frescos etc;
- d) *segurança* - exigida sobretudo nos alimentos oriundos de engenharia genética, no qual a ação governamental deve ser participativa no sentido de fiscalizar a manipulação da biotecnologia, assegurando assim a qualidade do produto.

Diante destas tendências, impõe-se ao Brasil o desafio de desenvolver ou importar tecnologias na indústria de bens de capital, que possibilitem a assimilação pelas indústrias de alimentos, dos avanços tecnológicos obtidos nos grandes centros industriais.

Muito embora a disponibilidade de tecnologia seja um fator fundamental na modernização do sistema agroindustrial, a absorção dessas novas tecnologias pelo agricultor não ocorrerá de forma satisfatória se não houver a contrapartida de alguns itens estruturais: capacitação do agricultor através de treinamento, investimento produtivo, e

¹⁶ *apud* Bliska, Flávia Maria de Mello, Tecnologia e o Futuro da Agroindústria, Novos Rumos da Agroindústria, III Seminário Internacional de Transferência de Tecnologia, Bahia, 1996

condições de infra-estrutura e preços que garantam a rentabilidade dos ganhos de produtividade alcançados.

O grau de otimização do processo produtivo com a introdução de tecnologia de ponta, portanto, só alcançará seu desenvolvimento pleno se estiver atuando em perfeita sinergia com os demais níveis da cadeia do sistema. Fazendo uma analogia com o complexo agroindustrial, poder-se-ia dizer que de nada adiantaria promover avanços tecnológicos que elevassem a produtividade na agricultura, se nas fases subsequentes de colheita, secagem, armazenamento, transporte, industrialização ou distribuição, não houver uma adequação eficiente destes processos.

Somente assim, haverá continuidade no processo de desenvolvimento, garantindo a sobrevivência da agroindústria no mercado, de maneira eficiente e sintonizada com os desejos do consumidor.

Algumas ações podem ser enumeradas como eficazes na promoção do desenvolvimento agroindustrial¹⁷:

- i. pesquisa e desenvolvimento de produtos nas empresas envolvidas pela concorrência internacional nos mercados interno e externos, ou mercados mais selecionados;
- ii. desenvolvimento de tecnologias e serviços ambientais, sobretudo nas indústrias de processos contínuos;
- iii. P&D e difusão de novas tecnologias agrícolas, biotecnologia e química fina, visando elevar a produtividade agrícola, subsidiando assim a competitividade agroindustrial;
- iv. divulgação de informações sobre novas tecnologias no Brasil e exterior, proporcionando a atualização dos processos produtivos.

Nesse sentido, destaca-se a atuação da EMBRAPA-Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura e o PENSA-Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial, organização integrante do Departamento de Economia e Administração da FEA-USP. Ambos mantêm programas de pesquisa na área, procurando identificar as principais tendências do *Agribusiness* no Brasil e restante do mundo.

¹⁷ Bliska, Flávia Maria de Melo, op.cit.

2.4. A Agroindústria e o Desenvolvimento Rural

É de reconhecimento histórico que o processo de crescimento da economia nos países hoje desenvolvidos foi baseado na relação mútua entre a agricultura e a indústria, na qual um setor depende do outro para crescer.

Um fato inquestionável atualmente no Brasil diz respeito ao declínio da participação da agricultura na economia, em termos de renda ou de emprego. Todavia, essa ocorrência não é uma particularidade brasileira, pois nos países em desenvolvimento que escolheram a via da industrialização, observa-se a mesma situação.

Essa tendência, no longo prazo, deve provocar um esvaziamento no campo e superpopulação nas metrópoles, cuja infra-estrutura e condições de emprego se tornarão insuficientes.

Os dados do Censo Demográfico de 1991, mostraram que a população nacional situava-se em torno de 147 milhões de habitantes (72,4 milhões de homens e 74,3 milhões de mulheres), sendo que nas zonas urbanas, em especial nas capitais, ocorre uma maior concentração populacional, a qual, no Nordeste, distribui-se principalmente nos estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, conforme pode ser identificado na Tabela 3.

Tabela 3
Distribuição Populacional no Brasil

Estados	Cidades	Populações (em milhões)	
		Capitais	Região Metropolitana
São Paulo	São Paulo	9.6	15.4
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	5.5	9.8
Bahia	Salvador	2.1	2.5
Minas Gerais	Belo Horizonte	2.0	3.4
Ceará	Fortaleza	1.8	2.3
Distrito Federal	Brasília	1.6	1.6
Paraná	Curitiba	1.3	2.0
Pernambuco	Recife	1.3	2.9
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1.3	3.0
Pará	Belém	1.2	1.3

(*) População residente. Censo 1991.

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, 1996

Dessa população, boa parte são migrantes da zona rural que vêm em busca de renda mais alta e de melhores condições de vida e trabalho, uma vez que a má distribuição e posse da terra, mecanização agrícola e adversidades climáticas contribuem também para tal migração. Com isso, a economia nordestina necessita importar alimento para completar o

abastecimento urbano da Região e, ao mesmo tempo exportar matérias-primas para o exterior em mercados altamente competitivos e instáveis, constituindo-se dessa forma uma desvantagem comparativa regional.

Uma alternativa para conter essa emigração pode ser veiculada através do desenvolvimento de oportunidades econômicas e fontes de renda no próprio ambiente rural, surgindo daí a utilização da agroindústria como elemento-chave para fixação do homem no campo, através da introdução de novas atividades em comunidades do interior, que irão refletir em ampliação das oportunidades de emprego no setor rural.

De acordo com o Prof. Samuel Pohoryles, do Settlement Study Center de Rehovot, de Israel, “a agroindústria é uma poderosa força para melhorar o uso dos recursos materiais, humanos e diversificar as fontes de renda das zonas rurais, promovendo os objetivos do desenvolvimento e da prosperidade material da vida rural”¹⁸.

A importância da agroindústria para o desenvolvimento econômico rural vai muito além da sua interdependência com o setor agrícola, uma vez que irá repercutir sobre o desenvolvimento da indústria, do emprego, da produção e dos mercados, e além disso, direcionar os excedentes produzidos para a exportação, contribuindo assim para agregar renda à economia e, ainda, fixar o trabalhador rural em seu habitat.

Deve ainda ser considerado que a atividade agroindustrial aumenta a eficiência do setor agrícola de uma forma globalizada, pois além de permitir uma redução das perdas e da deterioração da matéria-prima, através da introdução de inovações tecnológicas provoca um salto qualitativo nas práticas agrícolas vigentes, contribuindo para o processo de desenvolvimento rural.

De acordo com o Banco Mundial¹⁹, as agroindústrias têm grande importância para os países subdesenvolvidos, em razão das funções que pode desempenhar para a solução de problemas específicos a esses países e que possibilitam uma alternativa para alcançar o desenvolvimento:

- i. absorver excedentes agrícolas e atender às necessidades do aumento da população urbana;*
- ii. criar valor adicionado às matérias-primas e empregos a um custo menor do que muitas outras indústrias;*

¹⁸ *apud* BNB/ETENE, op. cit.

iii. instalar-se em localidades nas quais outras indústrias não tenham condições de viabilidade;

iv. contribuir para descentralizar a posse da propriedade industrial e a interiorização do desenvolvimento.

Outro aspecto importante é a inter-relação entre a fonte da matéria-prima e o setor de transformação do produto agrícola, pois este absorve todas as limitações e restrições a que está sujeito o segmento agropecuário, notadamente no que tange à quantidade e qualidade das matérias-primas ofertadas e sua adequação às características tecnológicas exigidas pelo mercado consumidor.

Para a superação dessas dificuldades, algumas medidas recomendadas pelo Banco Mundial orientam no sentido de que a agroindústria seja instalada com uma capacidade baseada na quantidade ofertada de matérias-primas; sejam adotadas tecnologias e variadas espécies de matérias-primas que possibilitem um prolongamento do período de colheita, coordenadas regularmente por uma assistência técnica; a definição dos preços deve ser estabelecida num nível que estimule a produção do começo ao fim da estação.

No caso do Nordeste brasileiro, a localização das agroindústrias junto aos projetos de irrigação é fator preponderante para o êxito desses empreendimentos, haja vista a possibilidade de obtenção de uma maior variedade de matérias-primas, disponíveis em épocas distintas do ano, permitindo um maior tempo de funcionamento das unidades fabris, cuja produção pode ser destinada aos mercados local, regional, nacional e internacional.

No tocante a rentabilidade dos empreendimentos agroindustriais, um ponto que não pode ser esquecido é a escolha das culturas a serem desenvolvidas conjugada ao mercado de destino destas, uma vez que o suprimento desproporcional pode vir a provocar um declínio nos preços e na renda dos produtores, cujo efeito pode refletir no setor industrial. Tornando-se economicamente rentáveis, as agroindústrias desempenharão um importante papel nos padrões de produção e na absorção dos excedentes do setor agropecuário, prescindindo, portanto, de uma regulamentação dos canais de comercialização que resguarde os interesses dos agricultores através de políticas diferenciadas que busquem a melhoria das condições de vida da população rural.

¹⁹ Idem

O desenvolvimento agroindustrial deve, pois, garantir o desenvolvimento agropecuário através da integração do complexo rural, conjugando os seguintes objetivos²⁰:

1. multiplicar as potencialidades de geração de renda e de emprego e fortalecer os mercados de desenvolvimento local e regional;
2. transformar a economia rural em economia endógena, auto-sustentada e autopropulsora, independente das condições climáticas, de solo ou outros fatores limitantes;
3. propiciar um nível tecnológico rural que intensifique a produção agropecuária, possibilitando um aumento das exportações regionais e nacionais, apesar das limitações edafo-climáticas;
4. fomentar, rápida e efetivamente, as mudanças tecnológicas e a adaptação do produtor rural e de todos os agregados do complexo rural, visando atender às exigências do mercado final, interno ou externo;
5. ofertar produtos a preços mais acessíveis sempre em maior quantidade e qualidade, intermediários e finais;
6. propiciar a diversificação e especialização produtiva de todo o complexo rural;
7. centralizar na agroindústria as decisões econômicas principais quanto à dosagem na utilização de adubos, defensivos agrícolas, maquinaria, rações, no intuito de garantir a quantidade e qualidade do produto rural, considerando os sistemas de armazenamento, transporte e comercialização;
8. unificar os interesses dos produtores e da agroindústria de forma que se verifique o crescimento coordenado de ambos os setores;
9. favorecer a agroindústria como setor motriz do complexo rural, garantido o desenvolvimento harmônico de todos os agregados do mesmo.

Desta forma, o desempenho da atividade agroindustrial eleva o valor agregado da região, provocando impactos diretos na economia, seja através da sua relação com as atividades já existentes ou como elemento difusor de crescimento.

²⁰ Silva da, Lourenço Vieira, Complexos Agroindustriais, XXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural.

3. A Relação entre a Teoria dos Pólos de Desenvolvimento e a Agroindústria

3.1. A Teoria dos Pólos de Desenvolvimento

A concepção da Teoria dos Pólos de Crescimento foi desenvolvida por François Perroux, tornando-se conhecida através da publicação de *Note sur la Notion de Pole de Croissance*, em 1950.

Partindo da observação de economias subdesenvolvidas, Perroux estabeleceu certas similaridades existentes entre os países ali incluídos²¹:

- i. falta de articulação econômica entre as diferentes regiões desses países, dificultando a difusão do progresso e de novas tecnologias;
- ii. diferentes estágios de desenvolvimento em uma mesma região, provocando a dualidade econômica: de um lado economias monetizadas, enquanto que por outro, predomínio de economias voltadas para a subsistência;
- iii. subordinação aos centros econômicos mais desenvolvidos, caracterizando-se como fornecedor de matérias-primas.

Decorrente dessa análise, Perroux constatou que não ocorre a simultaneidade de crescimento econômico nas diversas localidades de um país, mas manifesta-se em partes ou pólos, variando em intensidade e efeitos conforme sua influência.

Outro fato relevante diz respeito ao surgimento dos pólos, que podem se originar de forma espontânea ou planejada, criando-se para esse fim a infra-estrutura necessária à instalação de indústrias-motrizes e complexos industriais de porte suficientemente grande, que possibilitem exercer influências propulsivas às regiões circunvizinhas. Todavia, em ambos os casos, a função do pólo, natural ou planejado é a de elemento vitalizador do conjunto espacial, de forma crescente e interligada como elos para o desenvolvimento regional.

É necessário que se tenha bem definida a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico. O primeiro diz respeito à variação do *quantum* do produto

global e expansão da renda per capita, sem no entanto se preocupar com a distribuição de seus efeitos na sociedade, enquanto que o desenvolvimento está relacionado com as mudanças qualitativas que ocorrem juntamente com o crescimento econômico, de forma que estas transformações se estabeleçam de maneira durável e equitativamente em todo o conjunto econômico, especialmente o nível de bem-estar social.

Com base nestas diferenças, Perroux conceituou o pólo como sendo “um conjunto de unidades motrizes que criam efeitos de arrastre sobre outros conjuntos definidos no espaço econômico e geográfico”, distinguindo dois tipos de pólos²²:

- a) Pólos de Crescimento - surgem espontaneamente e proporcionam a expansão do produto e renda da região em que se localizam, entretanto não provocam uma mudança estrutural da economia;
- b) Pólos de Desenvolvimento - provocam a modificação na estrutura econômica, inclusive na região polarizada.

O contexto da polarização envolve dois eixos: as regiões polarizadoras ou centros dinâmicos, onde estão localizadas indústrias de grande porte, de papel decisivo na economia, funcionando como força-motriz do crescimento e difusora das inovações; e as regiões periféricas ou polarizadas, receptoras das inovações e doadoras de recursos para os centros.

Como parte desse processo, na região polarizadora desenvolve-se a industrialização/urbanização, assim como melhorias na infra-estrutura de transportes e comunicações, reduzindo os custos de localização, o que irá refletir diretamente nos preços e nos fluxos de oferta e demanda de bens e serviços, provocando a expansão de indústrias complementares.

3.2. Aplicabilidade da Teoria dos Pólos no Nordeste Brasileiro

Historicamente, os primeiros estudos para utilização da Teoria dos Pólos no Nordeste foram elaborados por Lebret, pertencente ao grupo francês de Economia e

²¹ Leite, Pedro Sisnando, *Compêndio sobre Teorias do Desenvolvimento Econômico*, elaborado para estudo introdutório das teorias e problemas do desenvolvimento econômico, para o Banco do Nordeste do Brasil S/A, mimeografado, p.85.

²² Idem.

Humanismo, em 1955, que recomendou a transformação do grande Recife em um pólo de desenvolvimento²³.

Posteriormente, em 1966, o III Plano Diretor da SUDENE para o período 1966-68, no intuito de direcionar a aplicação dos recursos nas áreas consideradas prioritárias, enfatizou a necessidade de estabelecer as vantagens locacionais da Região Nordeste ligadas ao aproveitamento de recursos naturais, especialmente o excedente de matéria-prima dos projetos de irrigação, sendo necessária a elaboração de estudos que identificassem os pólos de crescimento de cada um dos estados nordestinos.

Na definição do IV Plano Diretor da SUDENE para o período de 1969-73, considerando as relações entre os centros urbanos e as áreas especializadas de produção, que foram estabelecidas nas pesquisas sobre abastecimento alimentar realizadas pelo Banco do Nordeste, admitiu-se definitivamente a aplicação da Teoria dos Pólos para o Nordeste brasileiro.

Baseado nisto, a atuação da SUDENE iria concentrar-se em áreas de maior potencialidade econômica, que além do seu próprio desenvolvimento, estendessem os efeitos desse crescimento às regiões “entre e em torno delas situadas”, propiciando a utilização da mão-de-obra excedente, bem como introduzindo melhorias nos níveis de renda e bem-estar social, estimulando ao mesmo tempo a criação de um mercado consumidor e de uma estrutura industrial.

Diante do excedente de matérias-primas esperado nos projetos de irrigação do Nordeste e da experiência comprovada de outros países em aumento de produtividade na agricultura através dos complexos agroindustriais, a agroindústria surge como importante solução para o desemprego na agricultura, de forma a aproveitar a força de trabalho e matérias-primas disponíveis nos próprios locais de origem, evitando assim a emigração para as grandes cidades e garantindo o mercado para a produção agrícola e ao mesmo tempo para os produtos industrializados.

A estreita ligação com o excedente de matéria-prima oriundo da agricultura irrigada do Nordeste, destaca a agroindústria como uma das atividades mais dinâmicas da economia rural, por sua aplicabilidade no consumo local, bem como no escoamento normal

²³ Leite, Pedro Sisnando, op.cit.

da produção *in natura* ou processada para mercados externos, incrementando os níveis de urbanização e emprego, elevando, assim, os padrões de vida da população rural.

3.3. Os Pólos Agroindustriais Nordestinos

Com base na análise das perspectivas econômicas do Nordeste, nas estimativas de oferta de matéria-prima, na estrutura agroindustrial nordestina e no mercado externo para seus produtos agroindustriais, foram elaborados estudos de forma pioneira pelo Banco do Nordeste, através da análise comparativa de 25 indicadores sócio-econômicos, identificando e hierarquizando 14 pólos potenciais de viabilização da atividade agroindustrial(BNB/ETENE, 1991).

A hierarquização dos pólos considerou os aspectos positivos para a agroindustrialização, analisando as características das principais sub-regiões de produção irrigada do Nordeste, levando-se em conta além da oferta de matéria-prima, a área cultivada de projetos de irrigação privada e pública, implantados e programados, e a infra-estrutura existente (receita própria dos municípios; número de estabelecimentos industriais; capacidade de armazenagem; serviços de saúde etc). A distribuição, segundo a ordem decrescente das potencialidades agroindustriais dos pólos ficou definida conforme enumerado a seguir:

- 1. Norte de Minas (MG)**
- 2. Petrolina/Juazeiro (PE/BA)**
- 3. Açu (RN)**
- 4. Baixo Médio Jaguaribe (CE)**
- 5. Gurguéia (PI)**
- 6. Baixo São Francisco (SE/AL)**
- 7. Acaraú/Curu (CE)**
- 8. Moxotó/Pajeú (PE)**
- 9. Baixo Parnaíba (MA/PI)**
- 10. Guanambi (BA)**
- 11. Alto Piranhas (PB)**
- 12. Barreiras (BA)**
- 13. Formoso (BA)**
- 14. Baixada Ocidental Maranhense (MA)**

Na análise das potencialidades dos pólos identificados, foi considerada a classificação do IBGE para agroindústria, conforme relacionada a seguir:

- a) produção de óleos vegetais em bruto, gorduras e ceras vegetais e animais, óleos essenciais vegetais e outros produtos da destilação da madeira - exclusive álcool e refinação de produtos alimentares;
- b) beneficiamento de fibras têxteis, fabricação de estopa, de materiais para estofos, e recuperação de resíduos têxteis;
- c) produtos alimentares - exclusive a fabricação de produtos de padaria, confeitaria, pastelaria, massas alimentícias e biscoitos;
- d) fabricação de vinhos.

Os resultados obtidos no referido estudo, revelaram: uma inexpressiva participação do setor de fabricação de vinhos; o setor de beneficiamento de fibras têxteis apresentou-se relativamente mais produtivo que nas demais regiões do país, especialmente no estado do Ceará; a produção de óleos vegetais em bruto encontra sérios problemas de matérias-primas, refletindo numa produtividade média do fator trabalho bastante inferior à média nacional, e por último constatou-se uma maior participação na agroindústria nordestina do setor de produtos alimentares, representando 88,1% do total dos estabelecimentos.

Com efeito, pela sua característica de fornecedor de produtos prioritários na escala de consumo, a agroindústria alimentar torna-se menos suscetível às variações econômicas, constituindo-se no setor de maior peso no contexto agroindustrial do Nordeste.

Com isto, a agroindústria alimentar destacou-se como uma das melhores alternativas de desenvolvimento regional e lucratividade empresarial, através do aproveitamento da matéria-prima dos pólos selecionados, sendo os principais produtos industrializados os seguintes²⁴:

- frutas, legumes e hortaliças: polpa, extrato, molho e *catchup* de tomate; doces de banana, goiaba, jaca, mamão, coco e outros. Nos sucos, merecem destaque os integrais de caju, maracujá, abacaxi, melão e goiaba, além da produção de vinhos e vinagres.

²⁴ BNB/ETENE, Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste, v.8, p.35, Fortaleza, 1994

- leite e derivados: leite pasteurizado, manteiga, leite pré-condensado, doce de leite e queijo;
- derivados e arroz: arroz beneficiado, quirela de arroz e farelo;
- derivados de milho: fubá, *glits*, xerém, farelo, creme de milho e milho canjica;
- óleos vegetais: óleo de soja, óleo de algodão, além de outros não comestíveis;
- rações: para bovinos, aves, suínos e concentrados;
- sementes selecionadas: feijão, milho, cebola, melão, tomate, soja e arroz.

Concluiu-se também que tais pólos apresentam vantagens comparativas que beneficiam sobretudo o segmento de fruticultura tropical, dadas as condições de produção contínua, bem como o amplo e crescente mercado consumidor (nacional e internacional), contrariando, inclusive, o mito de inviabilidade econômica da zona semi-árida nordestina, cujo potencial produtivo pode ganhar dimensões bem maiores, na medida em que se desenvolver a agricultura irrigada direcionada para a agroindústria, a exemplo do que ocorre em regiões semelhantes na Califórnia, México e Israel.

As vantagens comparativas observadas nos pólos, deve-se aos seguintes fatores²⁵:

- a) disponibilidade de áreas irrigadas com solos de boa qualidade;
- b) condições edafo-climáticas privilegiadas (alta insolação e baixa umidade do ar), favorecem a diminuição da incidência de pragas e doenças;
- c) abundância de mão-de-obra;
- d) existência de infra-estrutura de transportes, energia elétrica, comunicações, habitação, educação e saúde.

Adicionalmente a estes fatores, no segmento agroindustrial frutícola agrega-se a possibilidade de se obter um ciclo produtivo menor e com maiores níveis de produtividade, através da utilização de novas tecnologias, aliado às perspectivas de incremento das exportações, antecipando assim o retorno sobre os investimentos efetuados.

Assim, a fruticultura tem representado um importante e dinâmico setor da economia regional, de um lado pelo aporte de divisas que ingressa no país, e de outro pelo desenvolvimento de toda uma infra-estrutura agregada à sua operacionalização: indústria de embalagens, transporte, frigoríficos etc. No quadro comparativo a seguir, extraído de um

²⁵ Conforme divulgado na publicação Nordeste do Brasil - Roteiro de Bons Negócios, Banco do Nordeste do Brasil S/A, 1994, p.48.

jornal cearense, torna-se evidente as possibilidades de ampliação do mercado para fruticultura tropical nordestina:

Tabela 4
Comparação das Potencialidades da Fruticultura Irrigada do Nordeste com a Califórnia, segundo alguns fatores de competitividade

Fator de Competitividade	Nordeste	Califórnia
Insolação	3.000 h/ano	2.200 h/ano
Mão-de-obra rural	US\$ 0,75/h	US\$5.00 a 10.00/h
Preço da terra para irrigação	US\$200.00/ha	US\$37.500.00/ha
Custo do ha irrigado	US\$7 a 10 mil	US\$50 mil
Produtividade da terra	Até 2,5 safras/ano	1 a 1,5 safra/ano
Rentabilidade máxima por cultura	Melão-US\$ 25 mil/ha	Tâmaras-US\$ 12 mil/ha Melancia-US\$ 12 mil/ha
Atuação no mercado	EUA, Europa e Japão	EUA

Fonte: Maísa/Diário do Nordeste (02/05/1994)

NOTA: É provável que no custo do hectare irrigado da Califórnia esteja incluído o preço da terra. O custo do hectare irrigado no Nordeste também está superestimado. O BNB, por exemplo, admitia nos projetos a ele submetidos, em dezembro/95, valores variando entre R\$1.250,00 e R\$4.480,00, dependendo do método de irrigação utilizado. Mesmo assim, fazendo os devidos ajustes, o custo do hectare irrigado na Califórnia seria 2,79 vezes maior que no Nordeste.

A diversificação da produção nos pólos, portanto, encontra indicadores favoráveis à produção de culturas alternativas, principalmente de frutas tropicais, dentre os quais: existência de demanda interna; resultados agronômicos comprovados; maior lucratividade por hectare; perspectiva de exportação; experiência dos irrigantes e orientação do órgão administrativo do projeto.

À luz destes indicadores, no tocante aos pólos localizados no estado do Ceará, foram selecionados alguns produtos passíveis de produção nas várias áreas dos perímetros irrigados, sendo assim distribuídos²⁶: Vale do Jaguaribe, há condições propícias ao cultivo de tomate, uva-mesa e abóbora, maracujá, mamão e goiaba; Vale do Acaraú/Curu, próprio para o cultivo de tomate, maracujá, goiaba, graviola e laranja.

Entretanto, observou-se a presença de alguns elementos inibidores à exploração dessas culturas, como forma alternativa de produção:

1. ausência de uma infra-estrutura de comercialização, inclusive câmaras de resfriamento;
2. insuficiência de agroindústrias;
3. incidência de pragas e doenças;
4. crédito inadequado;
5. falta de tradição com as culturas;
6. desconhecimento sobre o sistema de produção, e
7. retorno demorado do capital investido.

²⁶ BNB/ETENE, Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste, v.7, p.73, Fortaleza, 1991

Atualmente, o que se constata em relação aos pólos agroindustriais, é que apenas 4 deles (Norte de Minas Gerais, Petrolina/Juazeiro, Açu e Baixo Médio Jaguaribe) estão se consolidando e os demais, ainda encontram-se em fase de estruturação.

Outro aspecto a ser considerado em relação aos estudos para a definição dos pólos, é a inexistência de previsão do desenvolvimento agroindustrial baseado na agricultura de sequeiro, haja visto ter-se considerado somente a agroindústria vinculada à irrigação.

4. A Agroindústria no Ceará: Situação Recente

Diante do que já foi exposto anteriormente, no presente capítulo será feita uma análise do complexo agroindustrial no Ceará, com um detalhamento individualizado dos pólos potenciais agroindustriais do estado, ressaltando suas principais características, e em seguida será apresentada uma breve discussão acerca do desempenho dos principais segmentos do setor agroindustrial cearense, em especial a atividade extrativa cajueira, em função da importância e tradição que ela representa na economia do estado.

Será tratado na parte final desta etapa, o planejamento para o desenvolvimento sustentável da agricultura do estado através dos programas prioritários do Governo, notadamente àqueles que se referem aos pólos agroindustriais e às atividades correlacionadas com este propósito.

4.1. Características Gerais da Agroindústria Cearense

Assim como no restante da Região, a agroindústria no Ceará desenvolveu-se a partir de 1974, com a criação do Programa de Agroindústria no Nordeste, que tinha como objetivo proporcionar o desenvolvimento de complexos agroindustriais, através da modernização da agricultura tradicional, destacando-se principalmente os subsetores de produção de conservas de frutas, legumes e outros vegetais, inclusive concentrados, com vistas a promover uma maior integração entre os setores, bem como elevar o número de empregos e os níveis de renda.

De uma maneira geral, a atividade agroindustrial no estado do Ceará está voltada para a exploração primária da matéria-prima agrícola, no seu sentido mais restrito, contando com alguns segmentos de transformação que coordenam o armazenamento da produção destinada ao processamento industrial e ao setor exportador, utilizando-se das tecnologias disponíveis no mercado.

A divisão setorial da agroindústria no Ceará ainda reflete a mesma composição regional observada no Censo Agroindustrial de 1992, na qual preponderam os segmentos de vestuário, calçadista e de produtos alimentares, despontando nesta última a expansão do

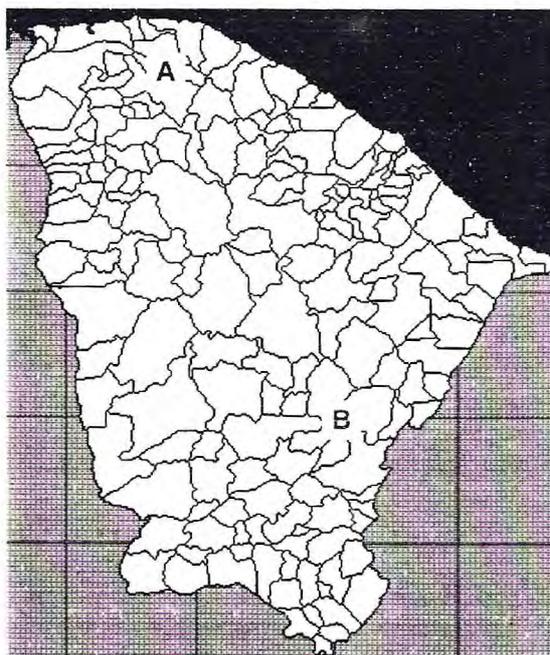
processamento de sucos tropicais, cujo crescente mercado acena com perspectivas de crescimento para o curtíssimo prazo, constituindo-se como um “filão” ainda a ser explorado - a participação das frutas tropicais *in natura* no mercado externo representa somente 10% do total consumido no mundo²⁷.

4.2. Os Pólos Agroindustriais Cearenses

Conforme foi mencionado no capítulo anterior, o Estado do Ceará apresenta dois pólos com potencialidades bastante positivas para o desenvolvimento da agroindústria, sobretudo no segmento de produtos alimentares, sendo eles: Baixo-Médio Jaguaribe e Acaraú/Curu, situados em 4º e 7º lugares, respectivamente, na hierarquia de identificação dos pólos nordestinos, considerando-se os indicadores econômicos e demográficos, industriais, infra-estruturas, matérias-primas e sociais avaliados à época do referido estudo.

A localização dos pólos cearenses pode ser observada de acordo com o cartograma abaixo:

Figura 1
Pólos Agroindustriais do Ceará



Legenda: (A)Acaraú/Curu
(B) Baixo-Médio Jaguaribe

²⁷ Banco do Nordeste, op.cit, p. 52

4.2.1. Pólo Baixo-Médio Jaguaribe

- a) Aspectos Físicos - numa área de 18 mil km², o Pólo Baixo-Médio Jaguaribe corresponde a 12% do Estado do Ceará, compreendendo os municípios de: Alto Santo, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Jaguaribara, Jaguaribe, Iguatu, Jucás, Orós e Icó.
- b) Aspectos Econômicos Gerais
- foi identificado em praticamente todos os municípios alguma atividade industrial, donde se conclui existir uma quantidade considerável de mão-de-obra com experiência na atividade industrial, com certa aptidão para novos segmentos industriais mais modernos que possa se instalar na região.
 - outra característica encontrada foi a predominância de pequenas propriedades: 68% dos estabelecimentos correspondiam a menos de 10 ha.
 - as culturas são geralmente desenvolvidas em regime de irrigação, distribuindo-se em ordem decrescente de área cultivada, principalmente entre: algodão, feijão, milho, arroz, mandioca, banana, cana-de-acúcar, laranja e manga.
- c) Infra-Estrutura - o pólo Baixo-Médio Jaguaribe dispõe de estradas federais e estaduais que ligam todos os seus municípios entre si e com os principais centros econômicos do Nordeste e Centro-Sul do país.

4.2.2. Pólo Acaraú/Curu

- a) Aspectos Físicos - abrangendo uma área de 13.400 mil km², o Pólo Acaraú/Curu é composto de 13 municípios: Acaraú, Apuiarés, Itapipoca, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, Reriutaba, Sobral, Forquilha, Cariré, Groaíras, Santana do Acaraú e Morrinhos.
- b) Aspectos Econômicos Gerais
- os municípios mais industrializados eram Sobral e Itapipoca, nos quais concentrava-se 68% das 143 empresas alimentares existente na época.
 - também foi constatada a predominância de pequenas propriedades, na sua maioria empregadas com culturas permanentes como o milho, o feijão, o

algodão arbóreo e a mandioca e em menor proporção o algodão herbáceo, cana-de-açúcar, coco-da-baía, arroz em casca, banana, laranja, manga, respectivamente.

- neste pólo estão localizados os projetos de irrigação pública Curu-Paraipaba, em Paraipaba; Curu-Recuperação, em Pentecoste; Forquilha, em Forquilha; Ayres de Souza, em Sobral e Araras-Norte em Reriutaba/Varjota.

c) Infra-Estrutura - o principal eixo do pólo Acaraú/Curu é a BR-222 que liga Sobral/Fortaleza e Sobral/Teresina, sendo cortado também por estradas estaduais que ligam ao litoral.

Na análise dos pólos, identificou-se alguns segmentos de exploração da atividade agroindustrial, tendo sido agrupados de acordo com a distribuição geográfica das empresas pesquisadas e baseado na capacidade operacional efetivamente instalada dos grupos agroindustriais que já se encontravam em funcionamento na época da realização da pesquisa pelo Banco do Nordeste, conforme pode ser visto na tabela seguinte²⁸, na qual optou-se por discriminar somente os pólos localizados no Ceará.

Tabela 5
Produção Agroindustrial nos Pólos do Ceará
(Situação de Setembro/1988)

Pólos	Frutas, Legumes e Hortaliças	Leite e Derivados	Derivados de Arroz	Derivados de Milho	Óleos Vegetais	Produção de Rações	Semente Seleccionada	Total
A	5	1	5	-	10	1	-	22
B	1	1	-	-	2	-	-	4

Legenda: A - Baixo-Médio Jaguaribe

B - Acaraú/Curu

Fonte: Pesquisa Direta BNB/ETENE

No detalhamento das atividades agroindustriais selecionadas, identificou-se o funcionamento das seguintes unidades beneficiadoras:

1. Indústria Processadora de Frutas, Legumes e Hortaliças

Em ambos os pólos encontrou-se a fabricação de doces de frutas, com a particularidade de que o Pólo Acaraú/Curu era o único produtor de doce de coco, além de fornecedor de coco ralado.

No Pólo Baixo-Médio Jaguaribe o grau de utilização da capacidade instalada nas indústrias para a produção de doce de goiaba era de 55%, superando às demais

²⁸ BNB/ETENE, op. cit.

empresas que não chegavam a utilizar metade de seu potencial. Observou-se também que o Baixo-Médio Jaguaribe era o único pólo com dotação para a atividade de clarificação de suco de caju, pois esta atividade detém alto grau de ociosidade decorrente da sazonalidade da oferta da matéria-prima, cuja operacionalização ocorre somente poucas vezes no ano.

2. Indústria Processadora de Leite e Derivados

Havia capacidade instalada para o processamento de leite pasteurizado e manteiga tanto no Pólo Baixo-Médio Jaguaribe quanto no Acaraú/Curu, havendo neste último também capacidade para a produção de queijo, porém o grau de utilização era baixíssimo.

3. Indústria de Derivados do Arroz

Este grupo agroindustrial apresentou baixos índices de utilização da capacidade instalada na maioria dos pólos, uma das exceções de melhor utilização foi o caso do Baixo-Médio Jaguaribe.

4. Óleos Vegetais

Toda a produção de óleo de mamona e oiticica estava concentrada no Baixo Médio Jaguaribe, que também apresentava um elevado índice de utilização da capacidade na produção de óleo comestível de algodão, apesar do tempo de espera pela matéria-prima sazonal.

No Pólo Acaraú/Curu também foi encontrado o processamento de óleo de algodão, apesar da inexpressiva produção.

5. Produção de Rações e Sementes Seleccionadas

No dois pólos cearenses, os níveis de produção destes segmentos foram muito baixos, com altos graus de ociosidade, contudo no Baixo-Médio Jaguaribe encontrou-se pequena produção de ração bovina, extraída do resíduo da semente de algodão.

Além dos itens já mencionados, nas áreas dos perímetros irrigados do DNOCS, verificou-se haver condições favoráveis para o cultivo de abacaxi, tomate, mamão e abacate no Pólo Baixo-Médio Jaguaribe e de mamão e goiaba no Pólo Acaraú/Curu, que se constituíam em novas oportunidades para a instalação de unidades fabris de exploração das potencialidades agroindustriais constatadas.

Em ambos os pólos, identificou-se a presença de organizações e cooperativas de exploração da atividade agroindustrial. Os irrigantes se utilizam das unidades de beneficiamento e extração de óleo de algodão; de beneficiamento de doces e derivados do tomate, e ainda de beneficiamento de arroz, sendo todas estas localizadas no Pólo Baixo-Médio Jaguaribe. No Pólo Acaraú/Curu, observou-se a preferência de utilização pelas cooperativas de colonos, das usinas de açúcar e álcool em Paraipaba(CE), decorrentes do planejamento agrícola vigente no projeto Curu/Paraipaba, que enfatiza a produção de cana-de-açúcar.

4.3. Distribuição Setorial da Agroindústria Cearense

No contexto econômico cearense tem sido observado um declínio da participação da agricultura, caracterizado pela redução na produtividade, oriunda pelo esgotamento dos solos causado pelas secas ou por inadequação tecnológica. Além disso, a falta de recursos e a ineficiência do Estado para a promoção do desenvolvimento agrícola, têm prolongado a situação de estagnação no meio rural.

Aliado a isso, a concentração fundiária, o nível tributário e o processo de abertura dos mercados, têm dificultado a produção de culturas tradicionais do Ceará como o milho, arroz e algodão, tornando-as inadequadas frente à competitividade do mercado.

Diante destes fatores, percebe-se a tendência na composição setorial da economia cearense da participação de unidades industriais de grande porte coexistindo com a atividade agroindustrial desenvolvida pelas micros e pequenas empresas, sobretudo, no mercado de alimentos.

Como o propósito do presente trabalho é limitar-se ao contexto agroindustrial em seu sentido mais restrito, será dado um maior enfoque ao setor de alimentos, no qual verificou-se uma maior utilização efetiva do empreendimento agroindustrial.

4.3.1. Setor de Alimentos

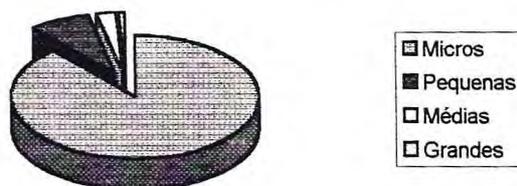
A distribuição do setor de alimentos ocorre na seguinte proporção²⁹: micros (88,6%), pequenas (8,1%), médias (2,6%) e grandes (0,7%), muito embora o nível de

²⁹ Extraído do Balanço Anual Ceará 96/97, da Gazeta Mercantil, Setembro de 1996.

investimento e rentabilidade se concentre entre as grandes. O gráfico a seguir permite uma melhor visualização da distribuição setorial da indústria alimentar cearense:

Gráfico 1

PERFIL DAS EMPRESAS DO SETOR DE ALIMENTOS DO CEARÁ



Fonte: Fiec/Gazeta Mercantil

Este foi um dos poucos setores que experimentou um crescimento desde o início do Plano Real, pois a estabilização causou uma elevação da demanda por alimentos pela parcela mais pobre da população, razão pela qual tem ocorrido uma crescente expansão de pequenas unidades agroindustriais, sobretudo no subsetor de frutas tropicais.

Conforme já foi relatado anteriormente, a produção da agroindústria alimentar cearense decorre do processamento de:

- frutas, legumes e hortaliças - doce de banana, doce de caju, doce de goiaba e doce de coco;
- leite e derivados - leite pasteurizado e manteiga;
- derivados do arroz - arroz beneficiado, quirera , farelo e casca de arroz;
- derivados de milho - glits, farelo e creme de milho;
- óleos vegetais - óleo de mamona, óleo bruto de algodão, óleo comestível de algodão, torta de algodão e torta de mamona;
- rações - ração bovina.

Dentro destes subsetores, merece destaque o de frutas tropicais, que dispõe de grandes chances de expansão no médio prazo, pois além do mercado interno, ainda há fartas perspectivas de mercado externo. Nesse sentido, grandes expectativas têm se formado em torno da conclusão de três projetos de irrigação de grande porte desenvolvidos nas regiões de Araras Norte, Tabuleiro de Russas e Baixo Acaraú, cuja abrangência envolverá 22.124 hectares, o que possibilitará um avanço na produção agroindustrial.

De acordo com o IBGE, em seu Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, comparando-se os dados obtidos em 1995 e 1996, observa-se que houve uma

elevação nos rendimentos médios na produção das principais culturas desenvolvidas no estado, salientando os bons resultados alcançados na produção de frutas, apesar da reduzida área cultivada em relação às demais, como pode ser verificado na tabela seguinte:

Tabela 6
Principais Culturas do Estado do Ceará
Posição em dez/95 e dez/96

Discriminação	Área Colhida (ha)		Produção (t)		Rend. Médio (kg/ha)	
	1995	1996	1995	1996	1995	1996
Abacaxi(1)	9	6	67	50	7.444	8.333
Acerola	1.045	1.315	7.652	10.290	7.322	7.825
Alg. Arb.(em caroço)	56.159	34.568	6.452	5.007	115	145
Alg. Herb.(em casca)	66.697	26.721	30.531	18.484	458	692
Alho	121	55	358	175	2.959	3.182
Amendoim	1.233	869	1.405	1.241	1.139	1.428
Arroz irrigado	20.264	21.069	103.305	109.320	5.098	5.189
Arroz de sequeiro	57.055	63.001	94.280	114.693	1.652	1.820
Banana(2)	42.486	43.545	31.383	35.913	739	825
Café (em coco)	9.186	9.246	5.940	5.833	647	631
Cana-de-acúcar	43.456	42.160	2.029.036	1.989.492	46.692	47.189
Castanha de Caju	332.882	345.541	80.896	90.187	243	261
Coco-da-baía(1)	40.292	41.467	143.444	148.242	3.560	3.575
Feijão (1ª safra)	642.593	665.137	180.603	224.460	281	337
Feijão (2ª safra)	34.166	34.991	28.027	28.989	820	828
Fumo	279	204	220	163	789	799
Laranja(1)	1.265	1.324	74.461	75.381	58.862	56.934
Mamona	4.061	3.853	3.184	3.224	784	837
Mandioca	129.469	131.630	1.012.348	1.120.607	7.819	8.513
Manga(1)	2.367	2.493	100.589	110.892	42.496	44.481
Maracujá(1)	1.771	2.423	209.206	271.536	118.129	112.066
Melão(1)	1.979	2.003	30.874	41.900	15.601	20.919
Milho	650.913	680.568	469.177	551.166	721	810
Sisal	76	81	56	65	737	802
Sorgo granífero	394	297	418	322	1.061	1.084
Tomate	2.396	2.694	91.964	102.735	38.382	38.135

(1) Produção em 1.000 frutos e rendimento em frutos/ha

(2) Produção em 1.000 cachos e rendimento em cachos/ha

Fonte: Anuário Estatístico do Ceará-1996

Note-se que no subsetor de suco de frutas, além de empresas agroindustriais, tem se elevado a participação de indústrias de grande porte na exploração do mercado consumidor desse produto, diminuindo assim a competitividade no segmento, com favorecimento das indústrias de grande porte em detrimento das pequenas agroindústrias, dada a diferença nos níveis de aporte de capital e de eficiência tecnológica.

Contudo, no meio rural são as micro e pequenas empresas ligadas à fruticultura tropical que geram boa parte do emprego e renda, embora atrasadas quanto ao nível de avanço tecnológico, o que limita o padrão de qualidade dos produtos.

O Centro Nacional de Pesquisa de Agroindústria Tropical - CNPAT, em 1993, elaborou uma pesquisa direta em 28 micro e pequenas empresas agroindustriais de frutas tropicais no Ceará, obtendo os seguintes resultados:

- principais produtos: doces (goiaba, banana, caju, mamão e abacaxi); polpas (goiaba, caju, cajá, maracujá), sucos (laranja e uva) e cajuína (observou-se que apenas 25% das empresas pesquisadas produziam, por exigir equipamentos e mão-de-obra especializada);
- a produção se dá de forma tradicional, sem o uso de tecnologias adequadas aos padrões exigidos pelo mercado;
- não há acesso a novas máquinas e equipamentos, por falta de crédito;
- a falta de associações ou cooperativas de comercialização, dificulta o acesso ao mercado e à assimilação de novas tecnologias;
- indefinição de estratégias de atuação no médio e longo prazos.

Como se pode observar, apesar da generalização das micro e pequenas empresas e da importância destas na geração de emprego e renda na economia cearense, observa-se que os produtos que elas desenvolvem não têm condições de competitividade com os da grande agroindústria, que além de dispor de maior aporte de capital, obtêm melhor acesso ao crédito, absorvendo assim uma maior rentabilidade.

Mesmo com as dificuldades observadas pelo setor em 1995, impostas pelas altas taxas de juros dos financiamentos bancários, adiando novos investimentos, há indícios de boas perspectivas de incremento nas exportações para o mercado consumidor europeu, especialmente de caju, melancia in natura, polpa de acerola e castanha de caju.

Além das culturas tradicionalmente exportáveis, recentemente tem se destacado na pauta de exportações de frutas do Ceará, o melão in natura destinado aos mercados dos Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia, especialmente para a Espanha, um dos mais exigentes produtores da fruta.

4.3.2. Setor Coureiro

O Ceará tem uma ligação histórica com a cultura do couro, relacionada ao binômio gado/algodão da época da expansão, ocupação e organização inicial do espaço cearense, período de intensa comercialização da “carne de sol”, que favoreceu à larga

utilização do couro no interior, o qual era empregado no mobiliário, na confecção de sandálias, roupas especiais para o trabalho na caatinga etc³⁰.

Atualmente, a atividade agroindustrial ligada ao beneficiamento do couro é limitada basicamente ao curtume, cuja produção e comercialização mais vantajosa financeiramente é o couro processado até o estágio de *Wet Blue*³¹, ao invés do couro curtido até a etapa final³².

O Ceará tem o maior Pólo Calçadista do Nordeste, e atualmente conta com alguns dos maiores fabricantes nacionais: Dakota, Musa, Paquetá, Diling e Grendene, fato que tem provocado bastante impacto na produção das pequenas empresas do ramo coureiro, refletindo em redução da quantidade produzida e até no fechamento de algumas unidades.

Isto porque o setor coureiro enfrenta problemas de várias naturezas (tecnológica, gerencial, financeira e fiscal), afora os problemas conjunturais de mercado, que interferem diretamente na sua integração com a indústria calçadista.

Numa forma alternativa, o setor atua na confecção de artigos de selaria, chinelos de arrasto e gibões, e mais recentemente através do fornecimento de couro como matéria-prima para a crescente indústria calçadista do Ceará (apesar da utilização em larga escala do PVC), cuja atividade, na sua maior parte ainda se constitui de micro-empresas (65%), seguidas pelas pequenas (30%), médias (3%) e grandes (2%), de acordo com o Sindicato da Indústria de Calçados de Fortaleza.

4.3.3. Cotonicultura

A cultura algodoeira, até algum tempo atrás, desempenhou importante papel na geração de renda no estado do Ceará conforme já foi tratado anteriormente. Todavia, observa-se que o setor primário em geral, vem perdendo a expressiva importância que desempenhou na economia cearense, com especial destaque para a cultura do algodão, que já foi considerado um dos principais produtos de exportação do Ceará, e hoje a produção local não supre as necessidades do parque industrial do Estado.

³⁰ Silva, José Borzacchiello, op. cit., p.85.

³¹ Wet Blue é o termo utilizado para designar o couro na segunda fase do processo de curtimento, na qual se aplica cromo ao couro molhado, dando o aspecto azulado ao produto final. Na fase subsequente, o couro é submetido a outros processos, inclusive o tingimento com outras cores, de acordo com o seu destino de utilização.

³² Iplance, Plano de Mudanças 1987/1991, Governo Tasso Jereissati, Fortaleza, 1987.

Isto ocorre não só em decorrência de fatores climáticos tais como as secas, mas também pelo atraso tecnológico e pelo descaso das autoridades governamentais em relação à praga do bicudo na safra de 1983/1984, proporcionando uma queda vertiginosa na produção do algodão, aliada ao declínio dos preços internacionais. Além disso, outras dificuldades se observam, tais como³³: imperfeição do sistema de comercialização, não adoção de tecnologias melhoradas, distorções na estrutura fundiária e deficientes condições de infra-estrutura econômica e social para fixar o homem no setor rural, somadas ao esgotamento progressivo da fertilidade dos solos e ao baixo potencial genético das variedades cultivadas.

O beneficiamento do algodão além de fornecer matéria-prima para as indústrias de fiação e tecelagem e de produção de óleos comestíveis, também é fonte de insumos para a alimentação animal, através do aproveitamento da torta (resíduo) do processamento industrial e dos restolhos da cultura.

Na cadeia produtiva da indústria têxtil, observa-se a variedade de segmentação: as fiações são o único segmento a ter contato diretamente com o ramo agrícola, ou seja, é a agroindústria em sentido restrito; nas fases seguintes (tecelagem, acabamento etc), os insumos são obtidos na própria indústria, e as confecções já compram o tecido pronto, das indústrias ou do comércio atacadista.

O algodão é um elemento-chave da cadeia produtiva do Algodão, Têxtil e Vestuário, a qual apresenta estreita ligação com o a atividade agropecuária, embora não esteja integrada produtivamente, ou seja, não há uniformização da fibra, além da ausência de padronização na qualidade, comprometendo o produto final recebido pelas indústrias.

Para o segmento Têxtil, o processo industrial tem início com o fardo de algodão em pluma; para o segmento de Vestuário, o processamento começa a partir de peças de tecido, independente da origem destas³⁴, caracterizando a ampla diversificação do segmento, o que possibilita um grande número de intermediários na comercialização do produto, enfraquecendo economicamente ainda mais o produtor.

³³ Campos, Robério Telmo, Análise Econômica da Cotonicultura Cearense, Reviste Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.28, p.76, 1997.

³⁴ Rolim, Cássio Frederico Camargo, Efeitos Regionais da Abertura Comercial sobre a Cadeia Produtiva do Algodão, Têxtil e Vestuário, Revista Econômica do Nordeste, v.28, p.186, Fortaleza, 1997.

O mercado de algodão no Ceará apresenta-se de forma não competitiva, explicada em razão da dificuldade de acesso ao crédito, gerando uma dependência financeira dos pequenos produtores (arrendatários e parceiros), que são na realidade os responsáveis pela maior parcela da produção. Estes recorrem aos proprietários ou usineiros para obtenção de recursos para produzir, e posteriormente, vendem os produtos colhidos aos mesmos financiadores, resultando em baixo poder de barganha e preços pouco expressivos³⁵.

Diante destes entraves e da modernização do complexo algodão/têxtil/vestuário, baseada em tecnologias de ponta disponíveis no mercado, oriundas do processo de globalização e da liberalização comercial decorrente desta, a agroindústria algodoeira cearense perdeu espaço para a indústria têxtil, que apesar da concorrência com os tecidos importados, tem apresentado desempenho satisfatório, e no entanto, tem preterido a produção local em favor do algodão paulista e paranaense, sendo por isso apontada pelo setor primário como co-responsável pelo declínio da cotonicultura no estado, interferindo diretamente nos níveis de emprego na agricultura.

4.3.4. A Agroindústria do Caju

A cultura do caju pode ser encontrada nos estados nordestinos do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, destacando-se que a atividade agroindustrial ligada ao cultivo do caju tem importância histórica na economia cearense, sobretudo no processamento da castanha de caju, tradicionalmente líder na pauta de exportações.

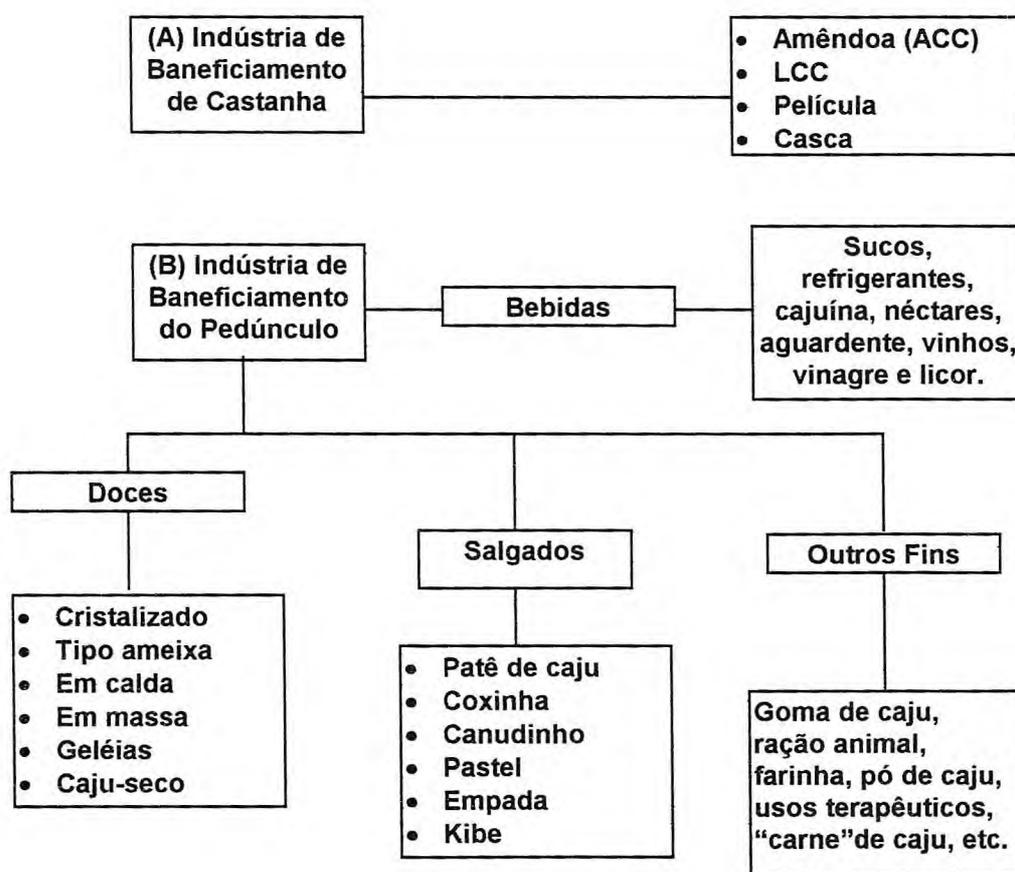
A indústria de aproveitamento do caju, tem basicamente dois ramos³⁶: o beneficiamento da castanha de onde se origina a Amêndoa da Castanha de Caju (ACC) e outros importante subprodutos como o Líquido da Castanha de Caju (LCC) - pouco aproveitado no país, haja vista a exportação *in natura* para a indústria petroquímica e farmacêutica dos Estados Unidos - além do aproveitamento da casca e do óleo da amêndoa; o outro ramo destina-se ao aproveitamento do pedúnculo, cuja indústria de transformação está segmentada na indústria de bebidas, doces, salgados, condimentos, farinhas, rações, dentre outras aplicações.

³⁵ Campos, Robério, Telmo, op.cit., p.78.

³⁶ Leite, Lucas Antonio de Sousa, A Agroindústria de Caju no Brasil, EMBRAPA, Fortaleza, 1994.

O diagrama a seguir permite a visualização dos principais processos de beneficiamento e os respectivos produtos obtidos na indústria do caju, incluindo as inovações recentes no aproveitamento do pedúnculo para a elaboração de alimentos salgados:

Figura 2
Representação Esquemática dos Principais Produtos
no Processamento Industrial do Caju³⁷



De fato, a amêndoa da castanha de caju (ACC) produzida no Ceará, tem aceitação garantida no mercado internacional, contando ainda com muitos mercados a serem explorados, inclusive internamente, além dos Estados Unidos (principal importador mundial), como é o caso da Europa, cujos países que normalmente importam restringem-se ao Reino Unido, Holanda e Alemanha, e do potencial centro consumidor dos países do Cone-Sul, que pode ser viabilizado com o Mercosul.

³⁷ Gomes, Sônia Maria de C., Dimensão do Mercado de Refrigerantes de Caju, monografia submetida à Coordenação do Curso de Graduação em Economia da UFC, Fortaleza, 1996

Além disso, a indústria cearense de beneficiamento do pedúnculo tem apresentado um considerável potencial de crescimento, permitindo inclusive a diversificação de suas atividades, explorando além do suco da polpa (o Brasil é o único país no mundo a explorar este tipo)³⁸, o processamento de doces, geléias e compotas de caju.

Recentemente, algumas inovações têm surgido no sentido de aproveitamento do pedúnculo, como é o caso do refrigerante à base de suco de caju, explorado por algumas empresas locais e que aos poucos, vem conquistando uma fatia do mercado das multinacionais, haja vista a evolução das vendas³⁹ de 1993 a 1994, cujo percentual de 16,85% elevou-se para 158,16%, no período de 1993 a 1995.

O refrigerante de caju tem composição idêntica aos demais encontrados no mercado, diferenciando-se pela inclusão do suco de caju na formulação do xarope, tornando-se o elemento identificador do produto e que o associa às características da região.

A indústria de refrigerante de caju, tem se firmado no Ceará apesar da variedade de marcas de refrigerantes existentes, substitutas bem próximas, com uma ou duas empresas liderando a produção deste tipo de refrigerante, que utilizou no ano de 1995 um volume de 25,8 milhões de litros de suco de caju⁴⁰.

Outras aplicações do caju, estão sendo obtidas a partir de experiências em laboratório, desenvolvendo biscoitos e pratos à base de fibra de caju - como quibes, pizzas e doces, já apresentados aos empresários cearenses, mas ainda sem mercado definido pelo fato de ainda se encontrarem em fase de implantação.

O cajueiro tem uma diversidade genética muito elevada, o que favorece ao surgimento de grandes variedades de descendência, permitindo uma elevação do número de unidades produtivas e uma vasta heterogeneidade do fruto.

Diante desta característica e das perspectivas de ampliação dos mercados consumidores, tem se observado um alto grau de expansão na distribuição espacial da cultura do caju no Ceará, passando de 143.462 hectares de área colhida no período 1980-

³⁸ Oliveira de, Joana Dárc, op.cit.

³⁹ Gomes, Sônia Maria de C., op. cit.

⁴⁰ Idem

94, para 308.335 hectares na média, no período 1990-94, crescimento mais acelerado que em outros estados do Nordeste⁴¹.

Sob o ponto de vista sócio-econômico, a agroindústria do caju no Ceará é bastante relevante na geração de emprego e renda, considerando-se os seguintes aspectos⁴²:

- i. como principal item exportado, a ACC constitui-se em elemento gerador de divisas para o estado, através da receita cambial obtida nas exportações;
- ii. dada a crescente participação da castanha de caju na economia estadual, tem se verificado uma elevação na receita de ICMS nas atividades oriundas dessa indústria;
- iii. a atuação da indústria de caju na geração de empregos é duplamente observada no Ceará, tanto na capital, onde se localiza a maior parte desta indústria, quanto no interior, onde ocorre a atividade de colheita que geralmente se verifica na entressafra das demais culturas, reduzindo-se, assim os níveis de desemprego nestes períodos.

Apesar da importância no contexto econômico cearense, a indústria do caju tem sido submetida nos últimos tempos a oscilações dramáticas na produção (1993-US\$ 103 milhões e 1994-US\$ 92 milhões), causada pelo impasse da produtividade na lavoura, que diminui a cada safra, forçando a operar o parque industrial com a capacidade produtiva bastante inferior ao seu projeto, a exemplo de 1994, quando a utilização foi de apenas 57%; representando uma desvantagem em relação aos demais países produtores, que chegam a conseguir 2,5 toneladas por hectare, como é o caso do México, ou da Índia, maior produtora mundial de caju, que inclusive recebe subsídios pelo governo indiano.

Outro fator declinante da produtividade é o nível de desperdício de cajus durante o processamento da castanha para exportação: a indústria só aproveita 5% de todo o volume de caju colhido no Ceará. Mesmo no beneficiamento da ACC, há subutilização da capacidade instalada, sendo necessário, em alguns casos, importar matéria-prima para dar continuidade ao processamento, haja vista os elevados investimentos empreendidos na estrutura industrial, sendo necessário, portanto, que se obtenha ganhos de escala que possibilitem resultados financeiros favoráveis ao setor.

⁴¹ Almeida, Manuel Bosco de, & Soares, Francisco de Assis, A Indústria de Castanha de Caju: Situação Atual e Perspectivas, Relatório de Pesquisa nº 41, p.14, UFC/CAEN, Fortaleza, 1995.

⁴² Idem

Considerando o que foi exposto, a ampliação da participação do Ceará no mercado mundial, conseqüentemente do volume das exportações cearenses de ACC, passa pela melhoria da produtividade dos cajuais, além da expansão da área cultivada, no sentido de se obter ganhos quantitativos e qualitativos na matéria-prima, através da introdução de novas tecnologias, agregada à elevação de treinamentos e pesquisas na área, visando o aperfeiçoamento e disseminação de pequenas unidades fabris, de forma a promover uma maior desconcentração industrial, bem como a interiorização do desenvolvimento.

A elaboração deste estudo, baseou-se nos levantamentos bibliográficos acerca do desenvolvimento do setor agroindustrial e sua participação na economia cearense, dentro do ambiente de crescimento econômico que vem sendo experimentado nestes últimos anos, orientado pela política de promoção industrial e atração de investimentos, que têm contribuído para a mudança do perfil econômico do Estado.

Historicamente, está comprovado que a economia cearense tenha evoluído a partir do suprimento de recursos de capital e mão-de-obra pela agricultura, tendo sido beneficiárias dessa situação tanto a população, comprando alimentos mais baratos, quanto o setor agroindustrial, que praticamente sustentou as divisas do Estado através das exportações de matérias-primas brutas e beneficiadas, gerando os recursos necessários à importação de máquinas, equipamentos e outros insumos industriais.

Todavia, para o produtor rural essa tendência tem se revelado desfavorável devido ao aumento real sofrido nos preços de bens utilizados no processo agrícola, diferentemente do que vem ocorrendo com os preços dos produtos, que não sobem na mesma proporção, provocando assim a evasão do capital próprio restante em busca de atividades mais rentáveis e de menor risco, já que a agricultura além do risco, é uma atividade vulnerável às mudanças climáticas e às oscilações do mercado internacional.

Considerando as atuais condições da agricultura praticada pelas mini e pequenas agroindústrias no Ceará, observa-se que não difere muito do quadro da agricultura nacional, observada num contexto macroeconômico: agricultura sucateada; obsolescência de máquinas; redução no uso de insumos; grandes perdas pós-colheita; sistema de transporte inadequado, e degradação tecnológica, que em conjunto, inviabilizam ou aumentos de produtividade e de renda na pequena propriedade.

Torna-se bastante evidente, então, a dependência tecnológica que envolve o complexo agroindustrial brasileiro como um todo, ainda por conta da indefinição de políticas de segurança alimentar eficientes que garantam o desenvolvimento sustentado e integrado à economia internacional, permitindo o acesso a cada membro da população à quantidade necessária de alimentos, adequado à uma vida mais saudável.

Apesar da importância do conceito de polarização empregado para o desenvolvimento da economia rural, amparada na utilização da atividade agroindustrial, conceituações diferentes têm sido introduzidas no planejamento do desenvolvimento de regiões mais atrasadas, incluindo mudanças estruturais que ultrapassam a teoria tradicional de desenvolvimento baseado na matéria-prima local e na centralização de projetos estruturadores - é o caso do desenvolvimento sustentável (SICSÚL & LIMA, p.170, 1997; 24).

Na ótica do desenvolvimento sustentável, busca-se compatibilizar os interesses, a médio e longo prazos, a partir dos parâmetros tecnológicos e institucionais, através de projetos estruturantes, avaliando os possíveis impactos ambientais, econômicos e sociais, apoiando concomitantemente os pólos econômicos de base local, base de sustentação nos períodos de crise e de áreas menos dinâmicas.

A consolidação dessa proposta se verifica através da atração de projetos estruturadores, com o devido apoio aos pólos existentes, conciliando a visão de futuro e os interesses mais eminentes da população (SICSÚL & LIMA).

Nesse sentido, de acordo com o que foi tratado no presente trabalho, o estado do Ceará, vem seguindo esta nova conceituação, receituário vigente na atual conjuntura da economia brasileira, centrado em dois aspectos fundamentais: indústria e crescimento, através da *parceria sintonizada* entre o governo e a iniciativa privada.

O próprio Estado reconhece que os programas governamentais não foram capazes de promover o desenvolvimento sustentável da agricultura estadual e que é necessário que se promova um avanço da produtividade agrícola à uma taxa mais elevada e por um período mais longo, através de novos programas agrícolas que recuperem a importância da agricultura no contexto econômico cearense, resgatando os agricultores da situação de pobreza e desânimo que grassa no meio rural.

Empiricamente, contudo, o que se verifica é a efetivação de investimentos vultosos no segmento industrial, enquanto que no setor agrícola as decisões e os investimentos não se realizam em tempo hábil, apesar da importância da agroindústria, sobretudo aquela desenvolvida pelos mini e pequenos produtores, dada sua integração direta com o setor agrícola e os impactos sobre a geração de emprego e renda na economia rural do Estado.

Observa-se que não houve uma modernização na estrutura de produção, persistindo a existência de dualismo tecnológico, com empresas de grande porte aplicando intensivamente em capital paralelamente à agricultura tradicional, cujos fatores de produção são obsoletos e tecnicamente inadequados.

Falta ao Ceará incrementar o potencial tecnológico do setor agroindustrial, aumentando o nível de pesquisas na área, avançando não só na quantidade produzida, mas também na produtividade e qualidade do produto final, convergindo os interesses do Estado, produtores e mercado consumidor.

Resta ao governo do estado, portanto, promover a transformação competitiva da agroindústria cearense e sua inserção no mercado, racionalizando interesses conflitantes, especialmente o desemprego oriundo da reestruturação produtiva, objetivando resultados satisfatórios não apenas em determinados setores, mas na economia em todo o seu conjunto, procurando produzir com mais eficiência, buscando uma elevação da produtividade e assim enfrentar à crescente abertura dos mercados, bem como tentar enquadrar-se às exigências do mercado externo, através de medidas relacionadas ao mercado de trabalho.

Só assim, poder-se-ia promover o desenvolvimento econômico, de uma forma racional e democrática, fixando o homem no campo e ao mesmo tempo produzindo mais alimentos e com qualidade superior, aumentando a renda total e diminuindo as tensões sociais na cidade.

Referências Bibliográficas

1. Abu-El-Haj, Jawdat, Neo-Desenvolvimentismo no Ceará: Autonomia Empresarial e Política Industrial, publicação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.
2. Almeida, Manuel Bosco & Soares, Francisco de Assis, A Indústria de Castanha de Caju: Situação Atual e Perspectivas, Relatório de Pesquisa no. 41, UFC/CAEN, Fortaleza, 1995
3. Amora, Zenilde Baima, Aspectos Históricos da Industrialização no Ceará, *apud* História do Ceará, UFC-NUDOC, Fortaleza, 1994.
4. Bliska, Flávia Maria de Mello, Tecnologia e o Futuro da Agroindústria, Novos Rumos da Agroindústria, III Seminário Internacional de Transferência de Tecnologia, Bahia, 1996
5. BNB, Nordeste do Brasil, Roteiro de Bons Negócios, Fortaleza, 1994.
6. BNB/ETENE, Estudos sobre a Agroindústria no Nordeste, Fortaleza, 1994
7. Campos, Robério Telmo, Análise Econômica da Cotonicultura Cearense, Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v.28, p.76, 1997.
8. FIPLANCE, Anuário Estatístico do Ceará-1996, Fortaleza, 1996.
9. Frischtak, Cláudio Roberto, Política Industrial, artigo publicado pela revista Rumos do Desenvolvimento da Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ABDE), março 1996.
10. Furtado, Celso, Formação Econômica do Brasil, p.238, São Paulo, 1991.
11. Gazeta Mercantil, Balanço Anual Ceará 96/97, Setembro/1996.
12. Girão, Valdelice Carneiro, Da Conquista à Implantação dos Primeiros Núcleos Urbanos na Capitania do Siará Grande, *apud* História do Ceará, UFC-NUDOC, Fortaleza, 1994.

13. Gomes, Sônia Maria de Castro, Dimensão do Mercado de Refrigerantes de Caju, monografia submetida à Coordenação em Economia da UFC, Fortaleza, 1996.
14. Guimarães, Leonardo, Introdução à Formação Econômica do Nordeste, 1992
15. Iplance, O Ceará e o Mercosul, 1990-1995, Fortaleza, 1997.
16. Iplance, Plano de Mudanças 1987/1991, Governo Tasso Jereissati, Fortaleza, 1987.
17. Leite, Lucas Antonio de Sousa, A Agroindústria de Caju no Brasil, EMBRAPA, Fortaleza, 1994.
18. Leite, Pedro Sisnando, Compêndio sobre Teorias do Desenvolvimento Econômico, elaborado para estudo introdutório das teorias e problemas do desenvolvimento econômico, para o Banco do Nordeste do Brasil S/A, mimeografado.
19. Magalhães, Antonio Rocha, Industrialização e Desenvolvimento Regional: A Nova Indústria do Nordeste, síntese da tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em 1982.
20. Mantega, Guido, A Economia Política Brasileira, Petrópolis, Vozes, 1991
21. Oliveira de, Joana D'arc, O Complexo Agroindustrial de Frutas Tropicais no Estado do Ceará, SENAI-CE, 1994.
22. Rolim, Cássio Frederico Camargo Rolim, Efeitos Regionais da Abertura Comercial sobre a Cadeia Produtiva do Algodão, Têxtil e Vestuário, Revista Econômica do Nordeste, v.28, p.186, Fortaleza, 1997.
23. Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária, Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará 1995/1998, Fortaleza, 1995.
24. Sicsúl, Abraham B. & Lima, João Policarpo, Teoria Econômica e Economia Brasileira, Revista Econômica do Nordeste, v.28, p. 170, Fortaleza, 1997.

- 25.Silva da, Lourenço Vieira, Complexos Agroindustriais, A Agricultura e a Agroindústria-Perspectivas para os Anos 90, Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, p.191, julho/1990.
- 26.Silva, José Borzacchiello da, O Algodão na Organização do Espaço, *apud* História do Ceará, UFC-NUDOC, Fortaleza, 1994.
- 27.Souza, Francisco de Assis & Santos, Sandra Maria, A Questão da Industrialização Estadual no Contexto do Ajuste Público do Ceará, Texto para Discussão no 130, UFC/CAEN, Fortaleza, 1993.
- 28.Souza, Simone (Coord.), História do Ceará, NUDOC, Fortaleza, 1994
- 29.Wanderley, Lívio Andrade, Industrialização do Nordeste e (Des) Regionalização, Revista Econômica do Nordeste, Vol.27, janeiro/março 1996.